



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1541/16	DATA: 01/12/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h26min	TÉRMINO: 17h04min	PÁGINAS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROBERTO LUIS OLINTO RAMOS - Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.  
MÁRIO MOTTIN - Chefe da Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério das Relações Exteriores — MRE.  
FABIANA CARDOSO MARTINS DE SOUZA - Subchefe Adjunta da Casa Civil.  
RUBENS BORN - Pesquisador da Fundação Grupo Esquel Brasil.  
FILOMENA SIQUEIRA - Assessora da Ação Educativa.  
ALESSANDRA NILO - Coordenadora de Políticas Estratégicas da Gestos/GT 2030.

SUMÁRIO

Debate sobre o tema A Importância da Implementação da Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenção ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Boa tarde.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater o tema *A Importância da Implementação da Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil*.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria do Deputado Luiz Lauro Filho, Presidente desta Comissão, a quem agradeço a oportunidade que me deu para coordenar os trabalhos na reunião de hoje.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e está sendo gravado para ser exibido posteriormente na grade de programação da TV Câmara.

Convido para tomarem assento à mesa: a Sra. Alessandra Nilo, do Gestos/GT 2030 (*palmas*); o Sr. Rubens Born, Pesquisador da Fundação Grupo Esquel Brasil (*palmas*); a Sra. Filomena Siqueira, Assessora da Ação Educativa (*palmas*); a Sra. Fabiana Cardoso Martins de Souza, Subchefe Adjunta da Casa Civil (*palmas*); o Sr. Mário Mottin, Chefe da Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério das Relações Exteriores — MRE (*palmas*); e o Sr. Roberto Luis Olinto Ramos, Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. (*Palmas.*)

Cada convidado terá 10 minutos para sua exposição, visto que, se houver tempo, após as palestras, vamos abrir espaço para o debate, inclusive para os participantes via Internet.

Desde já agradeço e peço que cada convidado observe o tempo proposto para sua exposição. Há um cronômetro à esquerda do plenário para orientá-los nesse sentido.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares, ao final do debate.



Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* podem retirar a senha na portaria desta Casa.

Informo que esta reunião está sendo gravada, por isso solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções. Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

Antes de dar início ao debate, lembro que na parte da manhã houve outro seminário sobre o mesmo tema, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Aproveitamos o intervalo entre o primeiro seminário e esta audiência pública para fazer o lançamento de uma frente parlamentar mista em defesa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, presidida pelo Deputado Vicentinho.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Luis Olinto Ramos, Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, por 10 minutos.

**O SR. ROBERTO LUIS OLINTO RAMOS** - Deputado Nilto Tatto, muito obrigado pelo convite, em meu nome e em nome do IBGE.

A nossa ideia é fazer uma apresentação, dentro da lógica dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável — ODS, sobre o que o IBGE vem fazendo nos últimos 2 anos, sobre sua inserção no grande projeto da Agenda 2030, sobre os impactos que isso teve dentro da nossa organização e sobre os possíveis impactos futuros e grandes desafios que os indicadores vão trazer ao Brasil.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A inserção do IBGE se deu no final de 2014 e em 2015, quando a discussão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — ODM tinha terminado. A partir da Rio+20 foram definidos 17 objetivos e 169 metas, que eram o núcleo do primeiro projeto, que se chamava Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e que somente em setembro de 2015 se tornou Agenda 2030.

A inserção do IBGE se deu em uma reunião prévia à da Comissão de Estatística das Nações Unidas, em que se colocou pela primeira vez a lógica dos indicadores. Até então, era extremamente política a discussão sobre a definição de objetivos e metas. Os institutos de estatística foram inseridos nessa discussão exatamente na reunião da Comissão de Estatística em 2015, quando se começou a



discutir como seriam definidos indicadores sobre 169 metas. Aí, havia um choque emocional, digamos assim, porque, por exemplo, Columbia tinha proposto 600 indicadores associados às metas, e havia propostas de mil indicadores, de 500 indicadores. Cada grupo envolvido nas discussões apresentou propostas de indicadores.

Nessa reunião, algumas questões-chaves foram discutidas. A questão dos indicadores, globalmente, seria coordenada pelos institutos nacionais de estatística. Os dados utilizados seriam os dados oficiais dos países. Essa questão é chave na definição da base de dados. Normalmente, usam-se bases de dados que não são dos países. Todos os dados para indicadores de ODS seriam dados oficiais dos países, ou avaliados pelos países. Foi discutida uma lista de indicadores. Essa lista, obviamente, não teve nenhum fim. Questão-chave: alguns padrões estatísticos para os indicadores foram definidos. Por exemplo — aí já mais tecnicamente —, não se apoiariam indicadores muito sintéticos. Os indicadores a serem discutidos deveriam ser mais amplos e mais explícitos. E os indicadores deveriam ser simples e poucos.

Como princípio de governança, criou-se o Inter-Agency Expert Group — IAEG, que seria o grupo responsável nos 2 anos seguintes — a nossa última reunião ocorreu em Genebra 1 mês atrás — pela discussão e definição de indicadores, não só internamente no grupo, mas também ouvindo todos os institutos envolvidos e a sociedade civil. E o High Level Group, que era um grupo preocupado basicamente com parcerias, capacitação e fundos, continua funcionando, porque ainda não se chegou a essas questões de fundo fundamentais.

Outra questão-chave, principalmente para nós no Brasil, é que existem indicadores em três níveis a serem discutidos. Há indicadores globais, que são responsabilidade do UNSD, que é o escritório de estatística das Nações Unidas, e desse grupo Inter-Agency. Essas duas organizações, ou formas de organização, são responsáveis pela definição dos indicadores globais, como serão feitos, como serão calculados, pela metodologia e pelos metadados desses indicadores.

O segundo nível é o de indicadores regionais, cujo fórum de discussão é a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe — CEPAL. Os países da América Latina e do Caribe estariam envolvidos.



Por fim, os indicadores nacionais — essa é a grande questão atual — é um problema de cada país. Cada país deve se organizar, dentro da sua estrutura de organização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para a geração de indicadores de acompanhamento desses ODS no âmbito nacional.

O Brasil foi eleito representante do MERCOSUL e do Chile nas discussões no Inter-Agency Expert Group.

Especificamente quanto aos indicadores globais, é importante ter em conta que o Brasil vai ter que fornecer dados a essa estrutura de indicadores. Os indicadores não serão calculados no Brasil, serão calculados nas agências das Nações Unidas, mas o Brasil é responsável pela geração da base de dados e por fazer o acompanhamento de indicadores e da metodologia. Além disso, terá algum poder de veto em discussão sobre pontos metodológicos.

A coordenação interna é dos institutos de estatística. No caso do Brasil, a coordenação da discussão dos indicadores sempre foi do IBGE. Nós trabalhamos numa rotina de consulta por videoconferência já há 2 anos, discutindo não só dentro do MERCOSUL e do Chile, mas também com os demais países que integram o IAEG, sobre a questão dos indicadores.

Só por curiosidade, o trabalho era para ter terminado anteontem, mas alguns indicadores ainda continuam em discussão. De qualquer maneira, o relatório final dos indicadores está fechado e será enviado à Comissão de Estatística agora, no final do ano, para ser votado em março.

A situação atual é importante para quem trabalha com ODS, indicadores. Já tivemos quatro reuniões. Hoje há, depois de muita discussão, 230 em alguns textos e 231 em outros, mas são 230, mais ou menos 11, porque existem indicadores que são comuns a vários objetivos e metas. Anteontem, o indicador 3.b alguma coisa foi dividido em dois indicadores e votado; é um indicador basicamente de saúde. Então, vai ser inserido mais um. A discussão ainda está em aberto. Há uma exigência de refinamento dos indicadores, refinamento da descrição do indicador e do metadado. Existem pressões muito fortes sobre alguns indicadores, principalmente indicadores de diversidade de gênero — sobre indicadores de violência também há pressão —, para que sejam retirados ou modificados, a fim de amenizar, digamos assim, o



impacto que pode haver. A princípio, isso vai ser discutido, em março, na reunião da Comissão de Estatística.

Nós temos um grupo de trabalho desde 2015; nós temos 17 grupos de trabalho do IBGE e outros produtores envolvidos que discutem isso. Esses grupos estão sendo reativados agora, em razão do decreto lei recente, para começar a participar da discussão dos indicadores nacionais. Nós participamos da discussão dos indicadores globais também.

Por fim, para respeitar meu tempo, qual é o impacto disso para o IBGE e o Brasil? A questão de o IBGE estar inserido na discussão metodológica, dentro de um grupo de acompanhamento; ter assento no grupo decisório; ter possibilidade de intercâmbio e interferência na troca de informações com outros países; ter uma estrutura de indicadores e respectivas metodologias para orientar o trabalho. É importante ter uma base metodológica para discussão. Obviamente, essa base será detalhada aqui dentro. Aí há duas questões finais. Isso vai exigir do Brasil uma organização interna das parcerias entre produtores de informação, que é chave para a evolução de um sistema estatístico nacional. A ideia dos ODS é uma ideia de coordenação da estatística interna, de forma que se possa criar um sistema harmonizado de estatística.

Lembramos que nós temos no PPA de 2006 a proposta da criação de um sistema nacional de informações oficiais, o ponto central de toda essa discussão a que os ODS vêm se agregar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Roberto.

Passo a palavra ao Sr. Mário Mottin, Chefe da Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério das Relações Exteriores, por 10 minutos.

**O SR. MÁRIO MOTTIN** - Boa tarde a todas e a todos. É um prazer estar aqui. Cumprimento o Deputado Nilto Tatto, que nos preside; o Roberto Olinto, do IBGE, e os colegas e amigos da sociedade civil que comigo integram a Mesa.

Deputado, eu acho que o Embaixador Marcondes já foi bastante contundente hoje de manhã em relação ao papel crucial que o Congresso Nacional, esta Comissão, enfim, os nossos representantes desempenham não só na difusão, na



comunicação, no debate dessa agenda, mas também na concretização, na sua implementação efetiva. Então, eu o cumprimento por começar este debate hoje aqui nesta Casa.

Como o Deputado mencionou, pela manhã nós tivemos oportunidade de discutir, do ponto de vista mais estrutural, os conceitos, o que é a agenda. Eu não queria repetir o teor da nossa conversa da manhã, mas eu gostaria de voltar a alguns temas que foram tratados, para detalhar ou trazer outros aspectos que são também importantes para o nosso grande desafio agora no Brasil, que é que essa agenda ganhe o Brasil todo, como disse meu chefe hoje de manhã, não só Brasília, mas também todos os rincões do País.

Uma coisa que eu queria desde o início já deixar bem marcada é que nós criamos uma prática muito importante no momento da negociação, que foi não só a coordenação interna do Governo, que é absolutamente necessária para que essa agenda seja implementada de forma integrada — foi um trabalho coletivo a construção da posição nacional brasileira de 27 Ministérios —, mas também uma construção de confiança e um trabalho consistente de diálogo com a sociedade civil.

Eu falo isso com muita tranquilidade porque, se nós vamos lá e olhamos o registro histórico do que foi a posição brasileira levada à negociação nas Nações Unidas, podemos ver claramente que a contribuição da sociedade civil foi seminal, não foi detalhe, não foi pró-forma. A sociedade civil deu o tom da posição brasileira, por exemplo, dizendo que os objetivos que deveriam ser mais cuidados pelo Brasil durante a negociação, para que eles não ficassem escondidos, eram justamente o objetivo da diminuição, da redução das desigualdades — um tema que não é detalhe no nosso País — e a questão da mudança dos padrões de consumo e produção. Esses são dois objetivos absolutamente complexos. Todos nós estamos estudando hoje como medir, como criar indicadores que possam avaliar o progresso desses objetivos, e foram dois objetivos pelos quais o Brasil lutou de forma muito consistente nessa negociação.

Eu também queria destacar que, na própria prática da negociação, com a inclusão da sociedade civil na delegação e o debate ali, no momento em que a coisa estava acontecendo, a contribuição foi outro aspecto muito importante. Eu acho que são boas práticas que construímos e que devem ser levadas adiante no Brasil



agora, no momento em que nós estamos trabalhando a implementação efetiva dessa agenda.

Esse é o primeiro ponto que talvez seja o grande desafio da implementação. Faz 3 semanas que eu tive a oportunidade de participar de um grande fórum, organizado pelos alemães, do qual participaram diversos países com o sentido de cada um deles pensar quais eram os seus principais desafios na implementação dessa agenda. Foi muito interessante porque havia países escandinavos, como Noruega e Dinamarca; países africanos, como África do Sul, Gana e Togo; países asiáticos; países latino-americanos, como Brasil, que eu representei, México e Chile. Enfim, havia países do mundo todo. A tônica foi comum: a maior dificuldade que todos têm notado para a incorporação da agenda nos países é exatamente fazer com que ela se decante, em primeiro lugar, nas instâncias mais altas dos governos, que são justamente as que tomam as decisões.

O setor técnico não é um problema. Isso, no Brasil, nós podemos notar, porque, desde a adoção dos ODS, nós continuamos trabalhando entre os Ministérios, para a adaptação do acordo à realidade brasileira, para fazer o cruzamento das metas dos ODS com as nossas políticas públicas nacionais, ou seja, fazendo todo trabalho de base, de preparação, para que os ODS sejam implementáveis no Brasil.

Por que é tão difícil fazer com que as instâncias superiores se apropriem desse acordo? Há essa questão, que é natural, de ser uma agenda global. Então, chega a questão: como nós, no Brasil, que temos prioridades e estratégias legitimamente definidas, vamos adotar uma agenda que vem de fora, das Nações Unidas, como orientadora do nosso desenvolvimento nacional? Esse é um ponto que eu acho importante ser destacado. Não é uma agenda de fora. O Brasil foi um dos atores mais vocais nessa negociação. Isso foi construído, como eu estava dizendo, por nós, Governo e Ministérios, refletindo as suas prioridades nas diversas áreas, e pela sociedade civil brasileira.

Quando se compara a posição brasileira, que está publicada no *site* do Itamaraty, com os ODS resultantes, há mais de 80% de coincidência entre essas metas e o que o Brasil propunha como metas. Ou seja, não podemos dizer que é



uma agenda imposta de fora para dentro. É uma agenda nossa, que foi construída por nós.

Então, eu acho que esta é uma falsa dicotomia: externo/interno. Nós participamos da negociação, nós dissemos quais as nossas prioridades que gostaríamos de ver refletidas no acordo, e elas estão lá, são nossas. A agenda tem a cara do Brasil também.

É por isso que, no planejamento, quando se fala na questão de alinhamento dos ODS e das políticas públicas nacionais, eles dizem que há uma convergência natural. A convergência natural tem esta simples razão: o Brasil trabalhou forte para ter as suas prioridades refletidas nesse acordo. Esse é o primeiro ponto que eu acho muito importante.

Também é nosso papel — eu me identifico como instância técnica dentro do meu Ministério — transmitir aos nossos chefes essa mensagem dizendo: ao implementar os ODS, nós não estamos fazendo nada mais do que a implementação das prioridades que nós mesmos definimos. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de destacar.

Passo ao segundo ponto. O Embaixador mencionou hoje pela manhã que recentemente foi lançada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Vários países já lançaram comissões nacionais, mas a do Brasil tem uma característica própria, única, muito importante, que novamente eu destaco — já falei disso antes. Os países que lançaram comissões nacionais lançaram grupos intragovernamentais, que são grupos de ministérios, de órgãos de governo. A nossa Comissão Nacional tem um sistema de paridade entre Governo e sociedade civil. São seis Ministérios que vão, de uma forma mais direta, se envolver com a implementação, além de um representante dos Governos Estaduais, um dos Governos locais e oito representantes da sociedade civil, incluídos por processo público aberto.

Essa inovação que o Brasil faz eu acho que é importante. A construção dessa comissão e como ela vai funcionar, isso é outro aspecto absolutamente crucial no início dessa implementação nacional, porque o lançamento dessa comissão funciona como a primeira rede, a rede mãe. Nela vão se encaixar as demais redes.



A sociedade civil, os colegas aqui que me acompanham já têm a sua rede estruturada, montada; eles conversam e se coordenam.

A nossa ideia é que essa lógica das redes se estenda por todo o País: que cada Estado possa ter a sua comissão ou a sua rede, como a quiser chamar; que no nível municipal isso também possa ocorrer, para que a sociedade civil que atua no nível local possa ter a sua porta de entrada no Município — que a sociedade civil que atua no nível estadual também tenha a sua porta de entrada —, e assim por diante, criando-se essa grande rede que cobriria o Brasil todo.

Como o Embaixador disse hoje de manhã, é uma agenda transformadora e complexa. Se nós não tivermos um engajamento consistente, ela não será possível de ser implementada.

Eu queria dar uma palavra também sobre a questão do acompanhamento. Ele às vezes é visto com um pouco de resistência por alguns atores — eu já percebi —, mas ele é fundamental. Por quê? Num sistema complexo, numa agenda complexa como essa, o que não for capaz de ser medido não vai ser visto, ou seja, não se deve medir pelo esporte de medir ou para criar um *ranking* de países em relação ao seu desempenho. Não. A tarefa de medir é para que o gestor público possa efetivamente saber onde ele está e para onde ele está indo e também para desenvolver formas precisas de corrigir o curso das políticas, quando ele perceber que o impacto que ele gostaria que as políticas tivessem, efetivamente, não é aquele ambicionado. Então, a questão do acompanhamento é fundamental para que nós possamos fazer com que esse sistema funcione de forma efetiva.

Temos dois instrumentos que não são nacionais, um é regional e o outro é global. O primeiro é o Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, que funciona na CEPAL, em Santiago, e o outro é o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, que funciona em Nova York. Nesses espaços, cada país vai levar a sua experiência e vai mencionar quais são as suas vantagens, as suas fortalezas na implementação e também os seus desafios, onde encontra dificuldades e talvez tenha que redobrar esforços ou fazer mais investimento.



Então, nós temos dois espaços, um regional e o outro global, para fazer essa reflexão e para trocar ideias com os nossos colegas de outros países. Dessa forma, pretendemos melhorar a nossa atuação.

Esses seriam os pontos que eu gostaria de resgatar das apresentações da manhã e desenvolver.

Fico à disposição para uma conversa mais aprofundada.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Mário Mottin.

Passo a palavra à Sra. Fabiana Cardoso Martins de Souza, Subchefe Adjunta da Casa Civil, por 10 minutos.

**A SRA. FABIANA CARDOSO MARTINS DE SOUZA** - Muito obrigada. Eu também vou preferir fazer de pé a minha apresentação.

Eu agradeço o convite feito à Casa Civil. Agradeço também à Secretaria de Governo, que me passou várias informações importantes a respeito da implementação da agenda pelo Governo Federal, e ao Ministério do Planejamento, com o qual eu obtive alguns dados.

O que eu vou apresentar aqui é mais ou menos o que já foi dito pelo Dr. Mário Mottin: como o Governo está se organizando para implementar essa agenda.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O primeiro eslaide é só para mostrar como está dividida essa apresentação. Vou ser bem breve nas primeiras partes, porque contêm temas que já foram bem discutidos no seminário de hoje cedo, do qual não participei, mas no qual imagino tenha sido relatada a evolução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — ODM, da construção dos ODM e das conferências dos anos 90, que, enfim, derivaram para pactuar os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; depois, também, como eles evoluíram para os ODS e a importante realização da Rio+20 e suas discussões para a evolução dessa agenda. Depois eu falo da etapa de negociação nas Nações Unidas e em seguida das etapas de internalização e interiorização, como temos chamado.

Esse é o histórico. Eu já falei brevemente de como se evoluiu dos ODM para os ODS. Acho que é importante que se ressalte que essa governança das instituições do Governo Federal já existia no acompanhamento dos ODM e que a



participação do Brasil e os resultados do País em relação aos ODM foram muito importantes. O Brasil teve um papel de protagonismo, e isso levou também ao protagonismo que teve nas negociações dos ODS. Parece que o Brasil não teria alcançado de forma realmente satisfatória somente um dos ODM, que é o objetivo de diminuição de mortalidade de gestantes. Entretanto, pelo menos de forma agregada, os indicadores brasileiros foram muito satisfatórios.

Faz-se uma crítica muito importante aos ODM, justamente em relação à agregação dos indicadores. No geral, os países conseguiram alcançar bons indicadores por conta dessa agregação, que não mostrava, não refletia de fato as desigualdades que certos países, principalmente aqueles com mais desigualdade, possuem.

Eu queria também destacar o Prêmio ODM, que foi uma iniciativa da atual Secretaria de Governo que serviu para incentivar e valorizar as contribuições de instituições da sociedade civil e dos Governos locais.

Aqui, de forma bem visual, mostro como os ODM evoluíram para os ODS.

Na negociação, como o Mário Mottin já destacou, a criação do Grupo Técnico Interministerial, com a participação dos 27 Ministérios, e a realização de diálogos com a sociedade tiveram um papel muito importante na validação da posição brasileira e na compreensão de que os ODS são realmente objetivos nacionais, não são apenas objetivos colocados de fora para dentro.

De fato, o que são os ODS? São uma agenda de planejamento de políticas públicas, como um PPA — podemos fazer essa relação —, mas de longo prazo. Essa agenda tem um ciclo de 15 anos e tem como principal objetivo o equilíbrio entre a prosperidade humana e a sustentabilidade, a proteção do planeta.

O Brasil se comprometeu a alcançar todos os 17 objetivos e as metas, que, resumidamente, podem ser traduzidos em acabar com a pobreza e a fome, lutar contra as desigualdades e combater mudanças climáticas.

Aqui apresento, de forma bem visual também, como essa transição se deu: de oito objetivos passamos para uma agenda muito mais complexa, que inclui 17 objetivos, 169 metas e 231 indicadores. Agora estão me dizendo que, talvez, haja 241 indicadores.



Nesta semana eu ouvi de um economista do WRI, David O'Connor, que, com esses objetivos, essa agenda tão complexa não será alcançável se fizermos *business as usual*. É essencial que se mudem os padrões de industrialização, de consumo. E os desafios impostos ao Brasil são muito maiores do que os impostos aos países já desenvolvidos, porque nossa indústria e nossa economia ainda podem evoluir muito significativamente.

E também me chamam a atenção as exigências de que mudemos a forma de produção agrícola. Como o Brasil vai conseguir? Isso é um desafio imenso. Como se consegue manter os níveis de exportação com as exigências de sustentabilidade, de agricultura de baixo carbono? Enfim, são vários os desafios que temos pela frente.

Aqui, de forma bem visual, mostro as dimensões dos ODS. Existem as dimensões da ONU — que são a social, a ambiental e a econômica —, e podemos incluir a institucional, que implica o fortalecimento de instituições eficazes para o alcance de paz e justiça e as parcerias.

Novamente, como internalizamos os objetivos de desenvolvimento sustentável? É importante a criação de uma governança forte, a adequação de metas globais à realidade brasileira, o que chamamos também de “tropicalização”, e a definição de indicadores nacionais. Eu acho que um dos mais difíceis pontos desse grande desafio é essa desagregação de indicadores, que é tão necessária para podermos acompanhar como os ODS se realizam localmente, no território.

Aqui se vê o contexto que temos, pelo menos nesses primeiros anos, para a internalização dos ODS: uma crise fiscal, uma retração de investimentos públicos e de despesas discricionárias, quando as prioridades do Governo, pelo menos nesses primeiros anos, serão indução do crescimento econômico; manutenção e geração e novos empregos; contenção do déficit; controle da dívida da União e aquele que eu considero o principal, que é buscar maior eficiência das políticas públicas com processos sistematizados de avaliação *ex ante* de políticas e de programas e com acompanhamento e revisão dessas políticas — ou seja, fazer mais com menos recursos.

Eu vou tocar novamente também no tema da criação da Comissão Nacional, porque ela foi concebida, de certa forma, na Presidência, no âmbito da SEGOV, com a participação da Casa Civil. Ela foi criada pelo Decreto nº 8.892. É muito



importante, de fato, o que o Dr. Mário apontou, que é a paridade entre Governo e sociedade civil, e o fato de ela ter natureza consultiva e propositiva às políticas públicas do Governo Federal e, também, dos governos locais.

Elencamos aqui as principais competências da Comissão: elaborar o plano de ação para implementação da agenda; propor estratégias, instrumentos, ações e programas; acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS; elaborar relatórios periódicos, que devem ser entregues às Nações Unidas; elaborar subsídios para discussões sobre desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais; divulgar boas práticas — aí já está sendo, de certa forma, pensada a criação do Prêmio ODS, para que se valorizem essas iniciativas —; e promover a articulação com órgãos e entidades públicas em todos os níveis de governo.

Mostro a composição da SEGOV, rapidamente. Existem a Presidência da Comissão e a Secretaria-Executiva; os Órgãos de Governo; além da participação dos Estados e Municípios e da sociedade civil. Existe, também, é claro, a participação do IBGE e IPEA, que são órgãos de assessoramento essenciais ao trabalho que ela vai desenvolver.

Como se dá a participação da sociedade civil? Está sendo elaborado, via edital, essa participação. A ideia é que tenhamos coletivos com representatividade nacional, coletivos que representem o meio-ambiente, educação, articulação institucional. Portanto, várias temáticas que são importantes para o cumprimento dos ODS serão contempladas. A participação vai ser rotativa, a cada dois anos. E o que vai ser avaliado na seleção dessas entidades será o plano de trabalho de cada uma. Isso deve sair na mídia em breve, não deve demorar muito a publicação, e vocês terão mais informações.

Mostro neste eslaide como funcionam as Câmaras Temáticas. Como não conseguimos incluir todos os Ministérios e todas as áreas de Governo nesta Comissão Nacional, pretendemos chamá-los e à sociedade civil — nem todos vão estar representados — por meio de Câmaras Temáticas. Poderemos chamar especialistas dos mais diversos temas, para termos de fato esse arranjo refletido na construção dessa agenda. Refiro-me a esse arranjo com a participação da sociedade civil e de todos os entes possíveis.



Estou terminando. Mostro como vai se dar essa etapa de interiorização dos ODS. É importante destacar o papel da SEGOV, que é a questão da municipalização, dos diagnósticos da realidade local, a priorização de políticas no nível local, as parcerias institucionais que podem ser empreendidas, a capacitação de gestores, a criação de núcleos, as ferramentas e, de novo, o Prêmio ODS.

Para terminar, aqui trago um exemplo de como o Planejamento está trabalhando nesse mapeamento de políticas junto com a SEGOV e de como as políticas do PPA, por exemplo, que deve ser revisado no próximo, vinculam-se com os ODS.

Então, aqui é um exemplo de meta do ODS, o indicador, o programa com a qual ele se relaciona no PPA e o objetivo do PPA.

É aquilo que o Mário também destacou, pois o Planejamento vê isso com facilidade e que vamos implementar o projeto naturalmente. Algumas coisas serão alteradas, obviamente, mas a prioridade do Governo é bastante alinhada com os compromissos dos ODS.

A última é só mesmo uma estatística preliminar de como essa vinculação ODS/PPA se dá atualmente. Do total de metas, 70% podem ser vinculadas às metas do PPA, 30% não estão diretamente vinculadas. Em termos de indicadores, são vinculados 51% e não vinculados são 49%.

Acho que é isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Fabiana.

Passo agora a palavra para o Rubens Born, pesquisador da Fundação Grupo Esquel Brasil, por 10 minutos.

**O SR. RUBENS BORN** - Boa tarde a todos.

Deputado Nilto Tatto, muito obrigado pelo convite para estar aqui em nome da Fundação Grupo Esquel Brasil, uma organização não governamental que participa de várias alianças, dentre elas a do GT da Sociedade Civil Agenda 2030 e também do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, que foi a aliança que ajudou a organizar o Fórum Global 92, envolveu a sociedade civil na Rio-92, na Rio+10, em Joanesburgo, e também foi uma das alianças na Rio+20.

Eu trouxe uma apresentação pensando que iria ter 15 minutos, mas agora sei que são só 10. Vou passar alguns eslaides rapidamente, porque sei que depois os



internautas e os que estão presentes aqui vão poder consultar a partir de amanhã esse arquivo. Portanto, apenas para que as pessoas não fiquem perdidas ao consultarem este material, eu vou fazer algumas menções. Mas vou ter passar rapidamente as imagens.

Da mesma maneira que a Dra. Fabiana e o Diplomata Mário Mottin falaram um pouco da origem da Agenda 2030, eu também queria me referir a ela, não com nostalgia do passado. Sou jovem ainda, tenho menos de 30 anos de envolvimento com o tema — e o limite de juventude é 30 anos —, acho que o Nilto também. Se eu pegar o referencial do Nosso Futuro Comum, que foi lançado em 1987 e que popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável, ainda não completei 30 anos de envolvimento neste tema.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A história da Organização das Nações Unidas começou, talvez, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, com a ideia de direito à dignidade da vida; depois, passa pela construção do Pacto de Direitos Civis e Políticos; de Direitos Econômicos e Sociais, nos anos 60; pela Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social; depois pelo reconhecimento de uma Resolução da ONU, em 1982, do direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável; pelo lançamento do Nosso Futuro Comum, em 1987, que provocou a Conferência Rio-92, pela Agenda 21, a que eu vou me referir.

Porque estamos vendo ciclos, acho que eu queria falar algumas verdades inconvenientes. Digo isso porque, na retórica da Agenda 2030, eu tenho visto como se o ponto inicial fossem os ODM. É equivocado, absolutamente equivocado. Para mim, os ODM, com experiências fabulosas de implementação no Brasil e em outros lugares, foram uma síntese limitada e frustrada dos pactos que aconteceram nos anos 90, a partir da Rio-92, com a conferência sobre desenvolvimento social, o Habitat II, em Istambul.

Portanto, nós tivemos uma agenda muito mais ampla, e os ODM a sintetizaram e a reduziram — e mal, a meu ver.

Não é que reduzir a mortalidade materno-infantil não seja importante, mas isso pode se dar à custa da sustentabilidade. Se eu gerar muito superávit com indústrias poluidoras, eventualmente eu vou conseguir ter receita suficiente para



combater a mortalidade infantil. Então, não necessariamente os ODM apontavam para a direção da sustentabilidade.

E eu quero olhar um pouco para o passado. Eu sou engenheiro civil de formação e eu gosto de construir pontes para o futuro. Só que o engenheiro que não souber que há obstáculos na sua caminhada não vai fazer as pontes para o futuro. E eu acho que a Frente Parlamentar e a Comissão Nacional têm que aprender com os erros e com os acertos que já passamos aqui no Brasil, inclusive na experiência da Agenda 21, para podermos, digamos, calibrar melhor o esforço.

Eu sou um entusiasta da Agenda 2030, mas, assim como, quando eu uso o Facebook, em algumas horas eu curto com o sorriso e, em outras, eu coloco o sinal de tristeza, também há aspectos na Agenda 2030 e nos ODS em que podemos usar aqueles dois ícones. E eu dou um exemplo. No 17.10, eu tenho razoáveis dúvidas em relação a achar que uma globalização comercial vai ser o mote para a redenção da dignidade das crianças, dos adolescentes, dos idosos, assim por diante.

Bem, o Diplomata Mário lembrou que a Agenda 2030 não é só fruto, portanto, de todo um longo processo de mais de 70 anos, um processo internacional, uma coisa que vem de fora para dentro; ele nos lembrou de que é também um processo participativo. Eu diria mais: tem base constitucional.

Portanto, um descumprimento a um ODS é como um descumprimento à Constituição brasileira, quando, em seu art. 1º, estabelece, entre os fundamentos, a dignidade da pessoa humana. No art. 3º da Constituição brasileira, temos os objetivos da República Federativa: sociedade livre, justa e solidária; desenvolvimento nacional; erradicação da pobreza e da marginalização; o bem de todos.

Portanto aquela frase “*Não deixar ninguém para trás*” não é uma retórica da Agenda 2030; é uma norma constitucional. E nós não vamos admitir retrocesso, com este Congresso ou com qualquer que seja. A Constituição é a nossa utopia. É o que o Ulysses Guimarães falava aqui nesta Casa, é a Constituição Cidadã.

E tem mais: há, no art. 4º, a prevalência dos direitos humanos. Portanto, a nossa política exterior tem que ser pautada não pelos interesses econômicos, mas pela prevalência dos direitos humanos — está na nossa Carta Constitucional — e pela cooperação para o progresso. E aí nós vamos ver os objetivos 16 e 17.



Ademais, o art. 6º, que fala sobre os direitos sociais, educação, saúde e moradia, nada mais é do que a nossa expressão do que estava lá no art. 25 da Declaração de 1948, que dispõe que toda pessoa, todo ser humano tem direito a uma dignidade de vida, alimentação, moradia etc. Está lá na Carta de 1948.

Portanto, é uma perspectiva de direitos que vai além dos direitos, vai para a questão da dignidade e da qualidade de vida.

Para quem não conhece, a Agenda 21 brasileira foi elaborada com atraso, entre 1998 e 2002, e envolveu em audiências públicas quase 40 mil pessoas, que apresentaram 6 mil emendas. Ela ficou pronta um pouco antes — 1 mês antes da Rio+10 e a cúpula de desenvolvimento sustentável em Joanesburgo — e é atualíssima, assim como a Agenda 21 global. É equivocado também dizer que, pela primeira vez, temos uma agenda universal. A Agenda 21 era universal. Os países desenvolvidos não cumpriram por outros motivos que nós não teremos tempo de discutir aqui. A Agenda 21 tinha os seus equívocos, como no capítulo 2, que trouxe a seguinte previsão: *“Vamos integrar meio ambiente e desenvolvimento, especialmente nos países em desenvolvimento”*. Era como se os países desenvolvidos não tivessem nada a ver com essa história. Assim como a Agenda 2030 também tem alguns equívocos nas tensões internacionais e nas idiossincrasias de cada país.

Só para citar alguns exemplos, o que tinha na Agenda 21 brasileira? Tem coisa que foi realizada, mas tem muita coisa pendente. Estava dividida em 21 objetivos. Um deles era a produção e o consumo sustentável.

Existe o Plano de Marraquesh, existe a Agenda A3P, compras sustentáveis, coisas que estão em curso na Administração Federal, mas que remontam a ali.

Então, o objetivo 12 não é novidade. Ele nasceu, talvez, até antes da Agenda 21. É uma agenda antiga, talvez com novos dizeres e mais simplificada. Felizmente, agora ela veio com metas, para as quais vamos ter indicadores. Digo isso porque um dos equívocos da Agenda 21 foi não ter clareza de metas e indicadores. Assim, vocês vão ver que há uma série de objetivos bem interessantes.

O interessante do processo no Brasil é que se buscou capilaridade. Buscou-se reconhecer — e foi falado isso aqui de manhã — a questão federativa. A Agenda 2030 tem que se desdobrar nos vários entes federativos — União, Estados e



Municípios — e ser reconhecida pelos distintos Poderes da República. Isso é muito importante, porque não basta a boa vontade do serviço público. No serviço público, na Administração ou nos Poderes, o servidor público, o agente público só pode fazer aquilo que está expressamente autorizado. Portanto, não basta dizer: “A Agenda 2030 é não sei o quê.” De nada adiante isso se não houver portarias, decretos e etc. que guiem a conduta do servidor público, para que ele de fato internalize isso nas políticas e nos programas setoriais. Isso foi uma das lições que aprendemos. Não vai dar para falar tudo.

A Agenda 21 Brasileira teve várias funções. Uma das funções era exatamente servir de guia para internalização de políticas e planos setoriais, o Plano Plurianual ou o instrumento de conscientização, de educação.

Assim, talvez, será com a Agenda 2030 e as 17 ODS: uma ferramenta de múltiplas finalidades, como um referencial para políticas e programas públicos, programas de conscientização, avaliação e monitoramento.

Nós falamos dos ODM. Foi criada há exatamente 10 anos uma rede brasileira de Agendas 21 locais. O IBGE, à época, tinha como um dos indicadores do seu acervo a realização de Agendas 21 locais como um indicador no seu conjunto de dados sobre a realidade brasileira, o que é muito importante. Eu me lembro de que, um pouco antes da Rio+20, o Ministério do Meio Ambiente fez avaliações para verificar o impacto de processos locais da Agenda 21.

A questão que não quer calar é que nós precisamos de indicadores não só de resultados, de indicadores de impacto, mas eu diria que também de indicadores de processos.

A vantagem da Agenda 21 é que na época se falava muito de processos participativos. Não era a parte implícita, era a parte explícita. Hoje a parte explícita da participação talvez esteja no objetivo 16.

Eu vou passar rapidamente, porque o tempo vai acabar e daqui a pouco vão tocar a campanha para mim, pela questão de como é que nós pulamos da Agenda 21 e dos ODMs para a Agenda 2030? Nós temos que pensar tanto em conteúdo como em processos.

A Comissão Nacional será uma das referências, a Frente Parlamentar será outra. Nós precisamos ter referências institucionais nos vários entes federativos.



Mas nós temos também — e era uma das propostas da Agenda 21 brasileira, que ficou pronta, como eu falei, há 14 anos e que lamentavelmente não prosperou — a ideia de orçamento base zero.

Não vai dar para explorar isso aqui, mas, no momento em que no Brasil se discute a PEC nº 55/PEC nº 241, com o congelamento disso, limitação daquilo, a ideia de orçamento base zero era não perpetuar para o futuro equívocos dos orçamentos anteriores. A ideia era, portanto, zelar pela eficiência, pela eficácia, pela qualidade do gasto público, podendo-se ajustar o gasto público a cada ano de acordo com a evolução e as transformações. Isso parece que não está sendo incorporado sequer no debate da PEC nº 55, que foi aqui a PEC nº 241.

Então, a Agenda 2030 talvez possa reabrir o debate. O Cláudio, hoje de manhã, mostrou a comparação entre investimento em Belo Monte e em energia solar como uma das formas de nós repensarmos a qualidade do investimento público, que é importantíssimo, como ele demonstrou, no PIB brasileiro.

A questão de transição justa e transformações estruturais. Algumas transformações estruturais levam longo tempo e, eventualmente, os impactos — e talvez os resultados — só apareçam depois de 2030. Mas até 2030 nós precisamos já saber quais são os cenários intermediários e como mensurar isso para saber se nós estamos no caminho certo.

Vou passar rapidamente alguns *slides*. Eu só queria lembrar alguns dos objetivos. A questão da integração, da qual se falou hoje de manhã também: eu gosto muito, desculpe-me quem não é da área técnica, da noção de fractais, ou seja, de que dentro de uma coisa está tudo reproduzido. Eu não vou explorar o conceito aqui, mas, quando eu discuto como objetivo a erradicação da pobreza, eu tenho que pensar no objetivo nº 15, e vice-versa.

Quando meu objetivo for erradicar a pobreza, temos que pensar nos efeitos de calamidades climáticas e eventos extremos. Eu tenho que pensar também em produção e consumo, até porque é um dos objetivos da República brasileira erradicar a pobreza e garantir o bem de todos. Essa inter-relação é necessária, porque a nossa utopia é a dignidade da vida humana e a paz com o ambiente onde vivemos.



Eu queria mostrar aqui outro objetivo: garantir água limpa para todos. Este objetivo é importante quando se pensa numa reforma ministerial ou num reajuste na estrutura.

Nós estamos sabendo que está sendo feita uma reforma no Ministério do Meio Ambiente, cuja proposta já foi encaminhada para o Ministério do Planejamento — não sei se já saiu no Diário Oficial —, em que a área de segurança química está sendo eliminada. O Brasil é signatário da Convenção de Estocolmo, da Convenção de Minamata, e nós não vamos ter na área ambiental alguém que possa falar de segurança na liberação de produtos químicos e materiais perigosos. Mas esse é um dos compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que é o ODS 6, assim como está no Objetivo 12. Eu vou lhes mostrar.

Será até 2020, daqui a 4 anos: alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos.

Se na pasta ambiental inexistente uma área que cuida de produtos químicos, como é que nós vamos cumprir esse ODS? Se o Ministério do Planejamento ainda não publicou no *Diário Oficial*, que devolva a matéria para o Ministério do Meio Ambiente. Isso é importantíssimo.

Esse tema envolve o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e outros Ministérios. Mas não se pode aceitar ficar discutindo a Agenda 2030 e ter a ilusão de que ela vai ser uma ferramenta transformadora se não pensarmos na realidade do que acontece aqui na Esplanada dos Ministérios e nos palácios dos Governos Estaduais.

Outro exemplo: há desafios também. Por exemplo, o Objetivo 15.2 diz o seguinte: até 2020, deve-se promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas. E alguém me perguntaria sobre o CAR — Cadastro Ambiental Rural e a transparência de seus dados? Aquele texto ainda fala sobre cessar o desmatamento. Há uma incoerência: o Brasil revisitará a sua proposta no Acordo de Paris, quando o MDS admitiu que se descontinuasse só o desmatamento ilegal até 2030, ou o Brasil honrará a Agenda 2030, 15.2, que aponta que cessará o desmatamento até 2020?



Então, são esses os dilemas que nós vamos ter de enfrentar. E eu acho que Frente Parlamentar vai ser muito importante. E não vamos ser ingênuos, pois teremos de levar esses temas para a Comissão Nacional.

O tempo já se esgotou. Não tocaram a campanha ou, pelo menos, eu não a escutei.

Governança, direitos de acesso à informação e à participação. O Diplomata Mário Motti falou sobre o tema e tenho tido o privilégio de acompanhar também a negociação em torno de um acordo regional latino-americano e caribenho para direitos de acesso à informação, à participação, à justiça e ao meio ambiente.

Na verdade, acesso à informação tem a ver com o art. 19 da Declaração de 1948. Nós temos uma legislação nacional sobre a matéria. E o acesso à informação e à participação é fundamental para o eixo daquilo que nós consideramos proveitoso da Agenda 2030. Portanto, nós vamos ter de zelar para que não haja qualquer retrocesso em esquemas de participação e acesso à informação.

Nós deveremos ter indicadores, como o nosso colega do IBGE já falou. Mas, sobretudo, eu queria falar da Comissão Nacional. Com isso, eu vou encerrar.

Tive experiências na Comissão da Agenda 21 — eu fui membro por dois mandatos, fiquei 8 anos na CPDS — Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira. Coincidentemente, eu fiquei no segundo mandato do Governo Fernando Henrique e no primeiro do Governo Lula, representando o Fórum Brasileiro de ONGs.

Em dado momento, foi criado o “Conselhão”, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que foi reativado recentemente. E quem falava sobre desenvolvimento sustentável? É nessa situação que nós estamos.

Bem, foi dito pela manhã que a Agenda 2030 não é um acordo legalmente vinculante, enquanto o Conselho Nacional de Política Energética, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e tantos outros Conselhos obedecem à legislação nacional.

Como é que um Conselho, que é de uma comissão para estabelecer um acordo que não cria obrigação jurídica, vai poder impor determinações e recomendações para conselhos de políticas setoriais que seguem legislações que nem falam da Agenda 2030? Esse é um dilema institucional. Mas é um dilema em



parte, porque eu sigo a tese de alguns doutrinadores, inclusive da Profa. Maristela Basso, que diz que as normas, as *soft laws*, as declarações internacionais, também são fontes de Direito, tanto do Direito Internacional Público como do Direito Internacional Privado e do Direito Interno.

Portanto, a Agenda 2030 é fonte do Direito, assim como a Agenda 21, assim como os ODM. E nós vamos ter que encontrar a engenharia institucional para zelar que determinações boas da Comissão Nacional da Agenda 2030 sejam respeitadas pelos conselhos de políticas setoriais, porque senão vamos estar “brincando” — desculpem-me, vou colocar entre aspas — de falar de Agenda 2030, de ODS, enquanto os conselhos de políticas setoriais vão estar fazendo as políticas que estão determinadas pela legislação, e vamos continuar em descompasso.

Bem, eu gostaria de falar muito mais, mas o tempo já se esgotou. Antes que me deem mais uma buzina aqui, mesmo que não ouçam — eu já senti pelos olhares —, eu termino.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Rubens Born.

Passo a palavra para a Filomena Siqueira, Assessora da Ação Educativa, por 10 minutos.

**A SRA. FILOMENA SIQUEIRA** - Obrigada.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Eu vou abordar o tema da adequação e gestão integrada das políticas públicas, instrumentos de monitoramento e participação social.

A adequação e gestão integrada para as políticas públicas já foi amplamente debatida, tanto na parte da manhã, como agora no início da tarde, mas, de qualquer maneira, lembro que o processo de formulação da agenda dos ODS seguiu uma estrutura que é bastante conhecida em qualquer processo de formulação de políticas públicas.

Então, houve um processo de definição da agenda, que se iniciou na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e desencadeou todo um processo de discussões e reuniões que ocorreram no âmbito das Nações Unidas, que contaram com a participação tanto de governos, quanto de organizações da sociedade civil e instituições privadas, em diversos encontros que



foram formulando os 17 objetivos. Esse processo, que chamamos na época de Pós-2015, culminou na tomada de decisão dessa agenda, na 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, onde foram apresentados os 17 objetivos.

Agora vamos para um processo de implementação e avaliação. Esse processo não é exatamente “bloqueado”. Não é preciso terminar, concluir uma etapa para ir para outra. Principalmente entre a implementação e a avaliação, vamos vendo como esse processo se casa.

Então, 193 países acordaram a agenda dos ODS, e temos de agora, de 2016, até 2030 para fazer essa agenda ser cumprida, num processo de avaliação que não se dará apenas no momento de inspiração da agenda em 2030, mas que vai se dar de diversas maneiras, através dos relatórios anuais que serão produzidos tanto nos espaços das Nações Unidas como também pela produção nacional. Há relatórios-sombra e muitos mecanismos de acompanhamento para que essa agenda possa realmente se desenvolver ao longo desses 15 anos.

Brevemente, a respeito da retomada desse conceito de governança global, a agenda, como todo mundo já falou amplamente, tem uma visão holística. Então, esses 17 objetivos não são bloqueados, não são separados, um é interdependente do outro nessa lógica universal de que todos já falaram bastante.

Ela traz essa visão compartilhada, que eu acho que é mais do que necessária hoje em dia entre diversos países, para superar desafios, sejam locais, sejam regionais, sejam globais, e para o fortalecimento de compromissos que não são apenas compromissos internacionais, mas que reforçam agendas nacionais, que se alimentam. Trata-se de um pilar, nas três dimensões: crescimento econômico, inclusão social e proteção do meio ambiente, formando esse elo que já foi bastante exposto pelos outros expositores.

Nesse processo de implementação e monitoramento, eu identifico três campos principais. Um aspecto é metodológico, que conta com essa construção dos objetivos, das metas e de todos os indicadores, que demanda conhecimentos realmente técnicos, instrumentais, estatísticos, transparentes, que reforçam cada vez mais essa importância da desagregação dos dados, de não ficar na média, que camufla diversas realidades.



Toda a campanha Leave No One Behind — não deixar ninguém para trás — foi exposta pelo PNUD, de que o Mário Mottin falou também. Contamos com o trabalho fantástico do IBGE e dos órgãos que têm produzido o conteúdo estatístico não só oficial, não só governamental, mas também de outras iniciativas, como a da Datapedia. Todos esses que estão surgindo reforçam esse aspecto metodológico. Há o aspecto político e operacional, que é fundamental, pois é o comprometimento do governo, com mecanismos de monitoramento que permitam uma avaliação independente e transparente, com comunicação e disseminação periódica do andamento da agenda.

Sem esse processo, fica impossível saber o que está acontecendo. Há, portanto, um aspecto político e operacional que é fundamental para se conseguir superar os desafios de fazer e alcançar, com o maior sucesso possível, essas 169 metas. Isso vai demandar o engajamento tanto dessa comunidade estatística quanto do governo e da sociedade civil.

Isso também já foi apresentado. Nessa lógica de monitoramento, eu acho que agora será a grande questão esse processo de *advocacy*, de fazer valer a agenda, para que se torne realidade, e não só um amontoado de objetivos.

No espaço global e regional — e isto já foi dito por todas as pessoas que me antecederam —, há tem o grupo de *experts* nas Nações Unidas, o High Level, que vai se encontrar anualmente e produzir os relatórios, o Fórum dos Países da América Latina e Caribe, no âmbito da CEPAL.

Vemos essa estrutura sendo formatada em diferentes espaços, seja no âmbito global, seja no âmbito regional — e neste acho que a CEPAL tem um papel fundamental. No âmbito nacional, temos tanto o sistema das Nações Unidas no Brasil quanto os órgãos que o apoiam, como IBGE e IPEA. E agora há a Comissão Nacional dos ODS, que é uma estrutura superimportante. O GT 2030 é uma demanda nossa que já faz uns anos. Iniciou em 2012 essa discussão sobre o processo de renovação. Demanda-se que haja no governo uma estrutura dê um monitoramento contínuo à implementação dessa agenda. A somatória desses instrumentos leva a um monitoramento integrado, que também depende muito do comprometimento governamental e do engajamento da sociedade.



Nessa questão de participação social, para haver esse engajamento da sociedade, o processo de construção da Agenda 2030 envolveu diversos atores. Como o Mário Mottin já falou — e eu concordo plenamente com o que ele expôs —, a participação da sociedade civil em diversos espaços multilaterais tem sido essencial não só pela participação em si, que já é um fator fundamental para o fortalecimento da democracia, mas pela qualidade dessa participação. Ela aporta, é técnica, tem todas as questões necessárias.

Por exemplo, no objetivo de educação, que eu acabei acompanhando mais de perto pela Ação Educativa, houve todo um processo de *advocacy* de diversas organizações desse campo para incluir objetivos. Por exemplo, o objetivo de erradicação do analfabetismo entre os adultos não era uma coisa que estava, desde o começo, na agenda. E não ia entrar. Houve uma pressão muito forte. Nós participamos de todas as reuniões para fazer com que esse objetivo entrasse nela. Afinal, se há mais de 770 milhões de analfabetos no mundo, sendo mais de 60% mulheres, como pode não haver um objetivo que busque erradicar o analfabetismo?

Ainda que a redação final não tenha ficado tal qual nós gostaríamos, porque não houve um indicador definitivo — o Objetivo 4.6 fala de erradicar o analfabetismo entre os jovens e diminuí-lo substancialmente entre os adultos —, o objetivo entrou na redação. E houve um trabalho de diversas organizações da sociedade civil para que isso acontecesse, tendo em vista que é um desafio fundamental.

Conforme nos trouxe o Rubens, os ODS não surgem do zero, há um acúmulo construído que não vem só dos ODMs, vem de um processo do qual ele já comentou várias das etapas — ECO 92, conferência em Viena sobre direitos humanos, conferência no Cairo sobre questões populacionais, conferência de Beijing sobre as mulheres, todas as COPs, Fórum Mundial de Educação. Há todo um processo que vai gerando um acúmulo. E agora os ODS são um reflexo disso.

Essas agendas não têm que ser separadas como eventos independentes uns dos outros. Quanto mais houver o acúmulo e o reaproveitamento do conhecimento e do que é discutido nesses espaços para a conformação da agenda, melhor será. Mais fortes se tornam esses espaços multilaterais que produzem essa série de conferências, as quais ganharam força a partir dos anos 90 e que têm um propósito. As agendas vão casando, vão se retroalimentando.



Em todo esse processo, a efetivação dos ODS só ocorre com uma implementação em âmbito local, como já foi falado. Obviamente, ela tem que aterrissar, tem que decantar. Como também foi dito, os diversos objetivos têm um correspondente nacional muito claro. Diversas dessas agendas e objetivos não são de maneira alguma externos. A não ser que alguma delas tenha vindo de outro planeta, elas foram uma construção comum e refletem os objetivos que perpassam diversos países.

No caso brasileiro, apresentei apenas alguns, mas nós podemos observar o mesmo em diversos objetivos. Para a superação da pobreza, nós temos inúmeros programas sociais no Brasil que a buscam. Casam perfeitamente. Educação de qualidade, Plano Nacional de Educação: diversas metas conversam diretamente com os ODS. São agendas que, portanto, estão falando a mesma coisa.

Por fim, quero reforçar a importância de mostrar a participação qualificada da sociedade civil nesses espaços, para que existam condições de monitoramento, o que eu acho que é fundamental agora para que essa agenda vire realidade. Tem que haver uma estrutura pautada por três eixos: um ambiente transparente, com transparência nos dados, nos indicadores que serão produzidos, na disseminação dessa informação que faz parte de toda uma estrutura de *accountability*; um comprometimento que vem tanto do Governo quanto de organismos internacionais e entes privados da sociedade civil; um comprometimento tanto em termos de recursos humanos como de recursos financeiros para que esta agenda seja colocada em marcha; e um espaço institucional que garanta participação plural e consequente, afinal é uma agenda que não é, como dita, específica de um governo. É a agenda de um estado e das diversas populações. Então, é preciso ter uma participação plural.

Consequentemente, acredito que a construção da Comissão Nacional dos ODS e da Frente Parlamentar que foi divulgada hoje de manhã são espaços que propiciam a consequência disso. Garantem a participação. Ela pode ser mais forte ou mais fraca, dependendo do engajamento de quem fizer parte dela, mas, se você tem instituições, estas importam e fazem com que a agenda consiga ter estrutura para ser levada adiante.



Por enquanto, era o que eu tinha a dizer, já que esgotei o meu tempo. Obrigada! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Filomena Siqueira.

Concedo a palavra à Sra. Alessandra Nilo, do GESTOS/GT 2030, que dispõe de 10 minutos.

**A SRA. ALESSANDRA NILO** - Boa tarde!

Inicio agradecendo a realização desta audiência pública, Deputado Nilto Tatto.

Quero cumprimentar os participantes da Mesa, do Governo, da sociedade civil. Quero saudar especialmente a participação do Itamaraty nesse processo de construção dos ODS, que, além de ter sido uma participação importante para a construção do acordo internacional, também exerce papel muito relevante, ainda neste momento, no estabelecimento das bases para a implementação.

Como nós já conversamos hoje de manhã, às organizações que estão aqui presentes, muitas que participam do grupo de trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030, eu acho importante ressaltar que nós estamos tentando fazer o nosso dever de casa, ou seja, conformando-nos em um grupo que é extremamente diverso do ponto de vista de missão institucional, tentando nos alinhar, para, aí sim, conseguir a capacidade e a potencialidade de solicitar também um alinhamento das políticas públicas e um maior diálogo entre as diferentes instâncias do Governo. Portanto, eu quero dizer que a sociedade civil está aqui porque está tentando também fazer o seu dever de casa em relação ao cumprimento dessa agenda.

Eu não tenho dúvida de que todas as organizações que participaram do processo de construção dos ODS aprenderam muito nesse processo, principalmente porque os debates foram riquíssimos e realmente nos apontaram, a partir de discussões extremamente aprofundadas, o que é realmente necessário para se garantir minimamente um planeta sustentável. Quem teve a oportunidade de participar dessas negociações jamais poderá negar o nível de aprendizado para todas nós, para que possamos entregar, no futuro, não apenas algo do ponto de vista ambiental, mas principalmente algo que reflita essa sustentabilidade nos



campos social e econômico. Particularmente, sou muito grata pela oportunidade de ter participado de um debate tão importante.

Mas acho que nós não estamos aqui apenas para fazer a afirmação óbvia de que o Brasil tem que cumprir uma resolução porque é uma resolução internacional ou porque nos vemos refletidos, é claro, nessa resolução que nós construímos. Nós estamos aqui porque fundamentalmente acreditamos que a Agenda 2030 é a única possibilidade, hoje no Brasil, de se ter uma agenda positiva para enfrentar uma série de crises — política, econômica, social — que hoje têm esgarçado o tecido de articulação das instituições brasileiras, porque minam a nossa confiança nessas instituições e nos levam inevitavelmente a retroceder em termos de direitos conquistados. Para nós, isso é a centralidade desta agenda.

E nós acreditamos que é possível sim implementar os ODS. Sabemos que, quando há vontade política, os processos acontecem. Diferentemente do que aconteceu em processos anteriores nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, por exemplo, nós estamos em um momento da história em que, diferentemente do passado, nós sabemos o que fazer. Nós temos a tecnologia, nós temos o conhecimento, nós temos todas as ferramentas disponíveis, com evidências suficientes sobre como é possível mudar o futuro, como é possível mudar esse curso da história.

Nós sabemos também que, além da necessidade de disseminar a Agenda 2030, inclusive nos territórios, que é algo que temos falado desde a manhã, o que nos falta é essencialmente líderes com coragem suficiente para abraçar essa agenda.

Por isso, nós estamos hoje nesta Casa. Estamos em busca de lideranças que sejam capazes de inovar e de realmente abrir mão das suas agendas pessoais, de interesse às vezes puramente e simplesmente partidário, tendo que dialogar efetivamente quanto ao que nós precisamos fazer para reconstruir o Brasil. O Brasil precisa ser repensado.

Portanto, a essencialidade dos ODS nesses casos não é simplesmente o fato de que chegamos a um acordo universal e de que todos os países precisarão implementar; ou simplesmente — o que não é tão simples — os pontos relativos à integração e à articulação das agendas, como estas são colocadas. A



essencialidade dos ODS para nós é a forma como nos obrigam essencialmente a pensar que tipo de desenvolvimento queremos para o Brasil. Reaquece o debate do desenvolvimento sustentável no Brasil. É uma oportunidade que nós não podemos perder.

Assim, perguntas simples, que são extremamente complexas, precisam voltar a ser feitas. O que cada um de nós aqui pensa que seja desenvolvimento sustentável? O que cada um de nós aqui pensa que seja um caminho possível para construir esse desenvolvimento sustentável? Como nós nos vemos ou vemos nossos filhos chegando a um Brasil em 2030? São perguntas que parecem simples, mas são extremamente complexas. No entanto, são essas questões que os ODSs nos colocam. Complementar os ODSs significa que nós vamos precisar repensar modelos obsoletos da economia ortodoxa. Acho que Cláudio tratou muito bem disso hoje na parte da manhã. Esse modelo atual jamais nos levará à justiça social. É isso que está posto quando nós discutimos ODSs. Significa também repensar paradigmas. Acho que nós também precisamos agora dar o passo seguinte e começar a desempacotar.

O que significa dizer que precisamos mudar paradigmas? Nós estamos às vezes também tratando e usando conceitos e palavras de tal forma que elas são atiradas ao vento e daqui a pouco correm o risco de já não terem mais significado nenhum. Palavras muito importantes para nós acabam se tornando jargões, entrando em processos ideologizados e acabam sendo esvaziadas de sentido.

Agora, nós também precisamos dizer que não há como avançar na discussão da implementação dos ODSs sem aprofundar o debate sobre democracia. Mesmo neste contexto político extremamente conturbado, precisamos colocar no foco desse debate da democracia qual é o modelo de participação social de que o Brasil precisa ter. Esse é um debate que está em aberto para a sociedade civil e para o Brasil.

Acho que ficou muito claro — Filomena também reforçou muito isso — que não é só uma questão de que precisamos participar porque é o nosso direito participar. Nós temos já comprovadamente muito a contribuir nessa agenda. Isso precisa ser bastante destacado.

Nós temos esta rede. Os ODSs são uma rede integrada de objetivos e metas. Todas elas se relacionam.



Nós temos, como foi dito antes pela Fabiana, uma quarta dimensão de que falamos pouco, que é essa dimensão institucional, para a implementação dos ODSs. Mas eu queria também falar da importância dessa dimensão institucional, no sentido de que, para avançar na dimensão institucional, nós precisamos começar reconhecendo o quão frágil é a nossa arquitetura institucional, na qual ainda prepondera a lógica de fatiamento do poder público a partir de interesses político-partidários com pouco alinhamento programático. Nada contra interesses partidários. Muito contra a dificuldade de se alinharem programaticamente em relação a algumas agendas.

A questão não é simplesmente harmonizar e alinhar políticas públicas, mas é pensar em como podemos usar essa oportunidade para fazer uma mudança histórica na nossa cultura do fazer político, ou seja, inclusive mudar essa cultura persistente e daninha que temos de apropriação dos bens públicos por interesses privados, apropriação inclusive por aquelas pessoas que deveriam ser guardiãs dos nossos bens comuns. É disso que trata essa agenda.

Além disso, acho que também hoje de manhã nós falamos muito sobre essa questão do modelo, não é mais possível continuar privilegiando apenas um modelo de crescimento baseado em consumo, produção e consumo, que geram empregos indignos, completamente indignos para as pessoas, com cadeias produtivas que são conseguidas a qualquer custo para a natureza. Acabamos colocando realmente não só uma data de validade no planeta.

Acho que é muito grave quando você pensa o planeta e não há plano B para o planeta. Nós não temos um planeta B. Só temos este. Com isso, estamos colocando realmente uma pá de cal na possibilidade de desenvolvimento do Brasil. São questões que nós precisamos considerar.

É claro, pessoal, que também temos de entender a realidade. Para poder melhor construir estratégias, precisamos reconhecer que sim; temos demasiados gestores e Parlamentares ainda com visões obsoletas sobre desenvolvimento, com limitada compreensão sobre sustentabilidade e sem compromisso com o fim das desigualdades no Brasil. A grande revolução dessa agenda é o debate sobre a desigualdade. E eu acho que hoje nós já falamos um pouco sobre isso. Quando se parte, simplesmente, de diminuir pobreza e se começa a falar em desigualdade,



coloca-se uma lente sobre tudo: sobre desigualdade de gênero, sobre desigualdades econômicas e sobre questões ambientais. Eu acho que desigualdade é uma palavra importante para repensarmos o Brasil.

Esse contexto, esse perfil, que nós temos tanto no Poder Executivo quanto no Parlamento, acaba se refletindo de uma forma muito clara. Então, por exemplo, quando se vê um Ministério conformado, após o *impeachment*, que é composto só por homens brancos, ou quando se vê esta Casa fazendo discussão, em vez de privilegiar o aumento de recursos em áreas que são extremamente importantes, considerar educação e saúde como gasto, e não como investimento; são indicadores de que nós realmente estamos no caminho errado.

Nós também não estamos só retrocedendo agora. Esse é um retrocesso que vem de antes. Por exemplo, retrocedemos ao não regular o sistema financeiro, ao não colocar os limites no setor privado, ao não conseguir monitorar o setor privado. Há o exemplo — já que hoje é o Dia Mundial de Luta contra a AIDS — da situação que enfrentamos com a Interfarma, esse conglomerado de companhias farmacêuticas, está tentando fazer a derrubada da anuência prévia e, com isso, continuar praticando os preços absurdos para medicamentos essenciais no Brasil. E essa mesma Interfarma — e aqui eu trouxe o exemplo do ODS3, que é o ODS de saúde —, cujas metas dialogam com metas de vários outros objetivos. Por exemplo, essa Interfarma financiou a campanha de vários Parlamentares desta Casa, financiou a campanha de vários candidatos à Presidência da República. Como é que nós lidamos com essa questão? Como é que nós vamos fazer com que o setor privado — e nada contra o setor privado — alinhe-se com essa questão dos ODSs?

Então, assim, eu quero dizer que há muito a ser feito.

Eu trouxe a vocês — sei que a Argentina não é um consenso de amor entre nós, brasileiros, mas eu trouxe a vocês a Mafalda. E a ideia, essa imagem de Mafalda tentando cuidar deste planeta, que está doente, eu acho que nos faz pensar muito.

O Brasil também assumiu vários compromissos internacionais importantes. Nós fazemos parte de um grupo de alto nível, com mais oito países, que se comprometeram a liderar essa agenda internacionalmente. O que esse grupo tem feito, Mário? Muito pouco.



Nós temos a responsabilidade de fazer um relatório para um fórum de alto nível, agora em julho. Como a sociedade civil vai construir esse relatório de uma forma mais ampla, que não seja simplesmente através da Comissão Nacional, que foi também construída sem a nossa, digamos, participação, sem a nossa interferência?

Eu queria só concluir, dizendo que mudar paradigmas realmente é entender que cada brasileiro e cada brasileira têm direito a todos os direitos! Essa é a base, é a centralidade dessa agenda, e é por isso que nós viemos hoje a esta Casa. Primeiro, porque nós esperamos que esse diálogo seja o primeiro de muitos nos próximos 14 anos e que o Parlamento tem um papel muito importante nesse processo.

Mas nós precisamos também, e eu quero concluir dizendo o que eu disse hoje de manhã, que o nosso maior desafio é transformar essa agenda numa agenda não deste ou daquele Governo, não deste ou daqueles representantes do Parlamento, mas do Estado brasileiro. Que cada um e cada uma de nós se esforce, ao máximo, para deixar a sua marca, para dizer o que fez de diferente, o que é que fez de melhor. Se nós não abraçarmos essa agenda, não teremos, neste momento, no Brasil, nenhuma outra agenda positiva para trazer de volta, inclusive, a confiança da sociedade civil nesta Casa e no Estado brasileiro.

Muito obrigada pela oportunidade! Eu espero que possamos continuar dialogando. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Alessandra. Terminadas as explanações da mesa, vamos conceder a palavra aos participantes no plenário. *(Pausa.)*

Por favor, diga o seu nome e de onde vem.

**O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO** - Sou José Ivan Mayer de Aquino. Eu milito num movimento chamado de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que foi deixado entre nós pelo sociólogo Herbert de Souza, e que precisa ressuscitar neste momento do Brasil. Esse movimento representa uma liderança que pautou uma ação muito além daquela que as pessoas enxergavam como apenas de recolher alimentos.



Empregado do povo brasileiro, eu sou gestor governamental. Estou no Ministério do Esporte — atualmente uma carreira do Ministério do Planejamento. Eu acho que eu sou o homem que a Alessandra procura. (*Risos.*) Alessandra, você está procurando alguém com coragem para levar adiante essa agenda.

Como trabalhador do povo brasileiro, gestor governamental, eu tenho olhado os números do Brasil. Fiquei muito alegre quando, ao entrar na carreira em 2006, vi um Presidente pautar os pobres no Orçamento, alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio com seu Governo, implementar uma agenda de participação social, continuada pela Presidente que o sucedeu, e colocar a sociedade para dialogar sobre as alternativas de organização dos movimentos sociais, transformando-os em políticas públicas.

Agora, nós vemos o contrário disso. O diálogo e a participação social são recebidos com bombas de gás lacrimogêneo, ao custo de 800 reais cada uma delas. E fazem isso contra uma sociedade que está lutando para não deixar que se aprove a PEC 55, porque, se aprovada, vai devolver o Brasil ao mapa da pobreza, da fome.

Se a agenda aqui, no Congresso Nacional, continuar como está, contra a FUNAI e os índios brasileiros, nós vamos perder as florestas das quais os índios vêm cuidando, mesmo com todo o trabalho que o Deputado Nilto Tatto e os colegas de bancada têm feito para tentar barrar o que o Governo brasileiro está tentando fazer.

Eu tenho um pouco de experiência como gestor governamental muita coragem para tocar essa agenda. Este não é o meu Governo, mas quero estar num ponto para tocar essa agenda, sabendo que ela é do povo brasileiro, do mundo, na questão dos ODSs.

E é preciso gente com coragem para criticar a política pública, sem ter medo de perder o seu DAS, que eu não tenho, e nunca tive, porque não me foi oferecido, e, se este Governo agora me oferecer, eu não o pego. Mas quero trabalhar por isso, nas duas esferas.

Quero me colocar à disposição disso, porque continuo um militante da Ação da Cidadania e um empregado do povo brasileiro.



Entendo que o que estão roubando da minha neta, do meu neto, do povo brasileiro no País é de dar dó. Temos que nos juntar para ter ODSs, para além das retóricas, para além dos indicadores, para além de tudo isso.

É preciso muita clareza, vontade e luta para poder devolver aquilo de que precisamos ao povo brasileiro.

O Brasil já foi um exemplo para o mundo e agora virou um anão diplomático, um anão social, uma nação que está muito mal dirigida por causa de um golpe parlamentar.

Temos que ter coragem de enfrentar isso e falar de onde estivermos, para criar leis e movimentação que possam internalizar, interiorizar uma agenda de ODSs para além dos gabinetes.

Sou seu homem, Alessandra! (*Risos e palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Se mais alguém no plenário desejar usar da palavra, por favor, fale o nome.

**A SRA. RENATA AVELAR** - Boa tarde a todos.

Meu nome é Renata Avelar. Sou pesquisadora do Instituto Igarapé, uma organização que se dedica a promover políticas públicas na área de segurança, de justiça e de desenvolvimento. Também somos membros do grupo de trabalho da sociedade civil para a implementação da Agenda 2030.

Eu queria fazer duas reflexões um pouco genéricas, lembrando um pouco o que discutimos hoje de manhã. Chamou-me bastante a atenção a apresentação da Maitê. Ela mostrou alguns objetivos de que já temos bastantes indicadores, mas de vários não temos indicadores para medir algumas coisas. As grandes dificuldades do Brasil para a implementação se darão justamente nessas áreas de que não temos tantos indicadores.

Eu estava pensando sobre essa questão da tropicalização dos indicadores globais, da interiorização, etc. Chama-se a atenção para o fato de que o Brasil vai o ano que vem reportar. Não é só ver o que já temos para reportar, é justamente construir essa capacidade de reportar dentro do que não temos.

Esse é um desafio que está colocado. Ele está presente em vários dos objetivos, inclusive em algumas questões, como a mencionada de manhã: "*Ah, temos bastantes indicadores de violência*". A capacidade dos Estados de desagregar



dados é muito diferente. O Rio de Janeiro publica alguns dados de violência mensalmente, mas outros Estados não têm essa capacidade. Então, o que será feito com relação a isso nessas diferenças regionais que temos?

O Mário disse: *“Ah, temos que chamar a atenção para os desafios também”*. Permita-me a reflexão. As políticas públicas são voltadas para o bem-estar dos indivíduos, dos cidadãos. Essa agenda também é para o cidadão. Mas, muitas vezes, no plano internacional, a impressão é a de que as coisas se invertem um pouco e viram a imagem do Estado.

Acho que temos, sim, que celebrar as nossas conquistas enquanto País, mas que temos também que assumir quais são os nossos desafios, porque em muitas áreas o mundo inteiro tem que aprender, e é através do compartilhamento dessas informações que vamos conseguir melhorar essas áreas.

A segunda questão tem relação com uma estratégia de comunicação. Eu acho que ela é importante não só para termos esse engajamento de âmbito político mais alto, como também no âmbito local e mesmo do cidadão.

Um exemplo: participei de um seminário para implementar o 16 numa comunidade no Rio de Janeiro e eu via como as pessoas tentavam explicar do que se tratava. As pessoas não entendem, não conseguem... Trata-se de um exercício da cidadania, uma coisa muito básica.

Vejo que temos um desafio enorme. A agenda é supercomplexa, superintegrada, extremamente necessária, mas precisamos aprender também a comunicá-la, até para que ela seja de fato de todos nós.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

**O SR. PEDRO NOBLAT** - Meu nome é Pedro Noblat. Eu sou de uma carreira chamada Analista do Planejamento e do Orçamento, do Ministério do Planejamento, mas estou na Câmara, na Assessoria Econômica da Liderança do PT, cedido há alguns anos.

A gente não trabalha diretamente com o meio ambiente nem com o desenvolvimento sustentável, mas esse tema está completamente relacionado com a política macroeconômica e com as finanças públicas, que são nossa área de atuação original.



Isso é muito interessante, porque, quem milita nesse campo — a Fabiana é gestora, a Subchefe é gestora, e o colega aqui é gestor —, quem trabalha há muitos anos com planejamento, orçamento, gestão pública, com o ciclo de alocação do gasto público de modo geral, ouve essa questão dos Objetivos do Milênio, as agendas das Nações Unidas que estão permeando as políticas públicas nos últimos 30 anos, mas a gente não implementa isso no nosso dia a dia. Não planejamos, não orçamentamos, não executamos e não definimos os objetivos das políticas públicas pensando nessa inter-relação e nessa complexidade de objetivos que estão nessas agendas, que envolvem objetivos que, às vezes, dependendo da forma de implementação, são conflitantes, como foi dito aqui, e que devem estar ligados com o conjunto das políticas públicas.

Eu estou fazendo essa reflexão para até fazer uma provocação para a Subchefe. Eu estava vendo agora, quando ela citou — sou completamente neófito nessa área da agenda do desenvolvimento sustentável —, que foi criada... Há um decreto, há uma Comissão. Imagino que no passado também deve ter havido isso. Não sei como funcionava a relação entre os objetivos das agendas e a estrutura organizacional do Governo Federal.

Eu sei que nós, do Ministério do Planejamento, não trabalhávamos o planejamento orçamentário, financeiro, consubstanciado em instrumentos como PPA, LDO e LOA, pensando nessa agenda. Essa agenda estava de forma mais setorializada dentro dos Ministérios.

Mas uma provocação que eu quero fazer tem relação com o decreto que foi institucionalizado agora. Ele parece ter sido uma tentativa de lincar os instrumentos de planejamento, programação orçamentária e financeira e de políticas de gestão pública com esses objetivos.

E como isso era no passado? Quero provocar também a Sra. Alessandra, para saber como era no passado essa relação entre políticas públicas e as agendas que estão no âmbito das Nações Unidas e que envolvem esse processo de desenvolvimento sustentável.

Seriam duas provocações que eu queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Mais alguém?



**A SRA. SYLVIA SIQUEIRA CAMPOS** - Eu tenho duas perguntas. Uma é para o Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meu nome é Sylvia Siqueira Campos. Sou de uma ONG chamada Mirim Brasil, de Pernambuco; também do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e membro do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030.

O GT vem com três reivindicações desde o seu funcionamento. Uma é a criação da Comissão de Alto Nível, com participação da sociedade civil. A segunda era o *link* exatamente da Agenda com o Plano Plurianual - PPA, com a Lei Orçamentária Anual - LOA e com todos esses instrumentos, para que, de fato, possa haver a municipalização da Agenda. E a terceira, a discussão da nossa participação na construção dos indicadores nacionais. Acho que nós temos uma Mesa bastante representativa disso.

Então, a questão, Roberto, é: quando a sociedade vai se sentar com o IBGE para discutir os indicadores nacionais, e podermos trabalhar com a desagregação dos dados? Acredito que não é a primeira vez que você ouve falar disso; nós já estivemos juntos em outros momentos. Como o IBGE entende isso e se é possível fazer?

A segunda questão é para Fabiana: como a equipe que está dirigindo o País neste momento, a parte do Planalto, pensa os recursos do País, quando estão sendo cortados tantos gastos; quando existe uma tentativa de desgaste da PETROBRAS para uma possível privatização, e isso vai impactar diretamente nos recursos que iriam para o Plano Nacional de Educação - PNE; e quando há diversas outras iniciativas com a redução direta em saúde e em educação, enfim, nos serviços públicos?

A segunda pergunta para Fabiana é a seguinte: acaba de haver nos Municípios a aprovação da LOA, a Lei Orçamentária Anual, vinculada ao PPA, para o ano que vem. Eu sinto que nós no Brasil já perdemos 2 anos de atuação na Agenda. Então, como está essa articulação, esse entendimento, a partir do Governo Federal com os Municípios?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Quem havia levantado a mão? (*Pausa.*) A senhora está com a palavra.



**A SRA. JOANA CARDOSO** - Boa tarde. Eu sou Joana Cardoso. Estou aqui como colaboradora do Datapedia, mas sou também Gestora Pública Municipal e atuante na área de meio ambiente. Faço parte do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e da Associação de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê, em São Paulo.

Eu estava tentando alinhar alguns pontos que foram apresentados, mas queria falar diretamente ao Deputado, que é Vice-Presidente da Frente Parlamentar que está sendo lançada, e quero convidar alguns outros atores que são tão importantes quanto a sociedade civil, para que atinjamos a ponta.

Estamos deixando de lado a Frente Nacional de Prefeitos, que deveria estar aqui hoje participando desde já de toda esta atuação. O Ministério das Cidades tem que ter uma atuação muito mais forte, Fabiana e, enquanto forem convidadas as pessoas e os membros integrantes da Frente, a parte governamental que vai atuar tem que buscar mecanismos para incentivar os Municípios a participar, e as associações de todos os órgãos municipais, nacionalmente, têm que fazer parte da conversa também.

Eu sei que aqui estamos todos como sociedade civil, em especial, mas eu, como gestora pública municipal, sinto uma grande deficiência de suporte do próprio Governo em passar informações, em dar mecanismos que sejam muito mais aplicáveis na esfera municipal, para que cheguem até à população.

Então, nós estamos falando de uma agenda que é extremamente ampla, que é extremamente diversa, mas não está chegando na ponta, de fato, porque quem cria as políticas públicas que são diretamente relacionadas com os munícipes é a Prefeitura, são os gestores, e nem sempre eles têm a qualificação que é a ideal.

Então, eu queria propor ao Deputado que busque esse tipo de movimentação junto com essa esfera governamental, que é tão importante quanto todas as outras participantes, e com a Fabiana também, para tentar buscar uma integração muito mais forte com o Ministério das Cidades, para que haja uma relação que se fortaleça e que fortaleça a agenda como um todo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Joana.

Mais alguém?



**A SRA. ROSELI MENEZES** - Boa tarde. Meu nome é Roseli Menezes e eu sou da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

Eu gostaria de perguntar para a Fabiana quem está elaborando esses indicadores que vão vincular os ODS ao PPA; se já estão prontos, quem fez; se não estão prontos, quem vai fazer, se cada Ministério vai fazer o seu, ou se o Planejamento, ou a Casa Civil vai fazer como um todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

O senhor tem a palavra e, depois, voltaremos à Mesa, para os encaminhamentos finais.

**O SR. MARCOS SILVEIRA** - Boa tarde. Eu sou Marcos Silveira, fundador da empresa Datapedia.

Quero fazer uma pergunta simples. Estamos pensando no Brasil e em uma agenda para 2030. O Brasil é composto de 5.570 Municípios. Não podemos deixar ninguém para trás. E, aí, pensando no Brasil que ficou para trás, eu penso muito em Melgaço, no Pará, cidade com o pior IDH do Brasil.

A pergunta é: será que, em 2030, Melgaço terá ficado para trás ou vamos ter orgulho de estar com Melgaço aqui, falando que a cidade não ficou para trás?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Vamos voltar para a Mesa, para quem quiser responder e fazer as considerações finais.

Com a palavra o Sr. Roberto.

**A SRA. FABIANA CARDOSO MARTINS DE SOUZA** - Eu gostaria de responder as minhas perguntas antes que eu as esqueça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - A senhora quer falar primeiro?

Então, com a palavra a Sra. Fabiana Cardoso Martins de Souza. Aproveite e já faça também suas considerações finais.

**A SRA. FABIANA CARDOSO MARTINS DE SOUZA** - Sobre a pergunta do colega APO: *“Como foi no passado o acompanhamento dos ODM?”* De fato...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. FABIANA CARDOSO MARTINS DE SOUZA** - Se eu não responder tudo, você me lembra, tá?



No passado, foi criado um grupo técnico para acompanhamento das metas, mas ele não tinha a participação da sociedade civil, era uma coordenação de senso de Governo. Participavam dele a Casa Civil, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o IPEA, o IBGE.

Então, esse foi um acompanhamento do Governo Federal, e eu não sei como isso se deu em nível local, pois nessa época eu não acompanhava tão de perto a agenda. Em relação ao acompanhamento, hoje, a Comissão Nacional tem essa participação social.

E você também perguntou sobre o *link* das metas dos ODS com a política pública. De fato, o que houve no passado com os ODMs é que muitos objetivos foram alcançados nos primeiros anos da agenda pelo Governo, pelo País, porque as políticas já estavam voltadas em grande medida para aqueles objetivos também, com exceção de alguns indicadores que não foram alcançamos.

E falo novamente que tínhamos um problema de nível muito agregado de indicadores. Então, não conseguíamos verificar a desigualdade em nível local. Sobre isso, o IBGE pode explicar melhor. Ocorreu de forma mais natural. Podemos dizer que não houve um condicionamento do PPA pelo ODMs. E eu não consigo dizer-lhe hoje se isso, de fato, vai acontecer com os ODSs. Ainda é muito preliminar. A Comissão Nacional não começou ainda a funcionar, mas acho que essa seja uma exigência que acaba acontecendo naturalmente, mas há políticas que não conseguimos implementar, se não for, de fato, planejada como uma meta do País.

*“Em relação aos recursos do País neste momento, aos corte de gastos, quais os impactos nas políticas públicas, nos serviços públicos de saúde, de educação e na privatização da PETROBRAS?”* Sobre a privatização da PETROBRAS, eu não sei, então, eu não posso responder.

Em relação à diminuição de recursos voltados para as políticas públicas, eu posso responder, porque eu tenho participado de um Comitê do Governo Federal, que envolve Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda, AGU, Casa Civil e diversos órgãos setoriais, voltados para as políticas, para que possamos dar uma resposta a essa queda Orçamento. Então, como fazer isso? Antes parece que não havia limites. Nós podíamos fazer a política que a



quiséssemos, sem limites. Percebemos que muita coisa não foi feita com o olhar da eficiência da política, de alcance de resultados, de focalização nos que realmente precisam daquela política; não é o caso quando é universal. Estamos falando aqui, por exemplo, de seguro-defeso.

Hoje há uma situação em que muitos pescadores recebem o seguro-desemprego na época do defeso, mas nem todos podem ser chamados como pescadores artesanais que dependem da pesca. Então, chegou-se a uma situação em que não conseguimos separar o joio do trigo, separar aqueles que realmente necessitam daqueles com quem ocorreram situações de fraude, que estamos tentando eliminar. É nisso que quero ser mais clara e transparente.

Quanto à importância dos dados, é essencial que tenhamos dados. Estamos conseguindo fazer agora com que os órgãos do Governo Federal compartilhem informações, para que batam dados que mostrem que aquela família não é isenta de Imposto de Renda, por exemplo. Se ela não é isenta de Imposto de Renda, se forem feitos cálculos, ela não deve ser beneficiada por esse programa.

Então, é esse o tipo de correção que temos procurado fazer. E eu não estou defendendo este Governo; estou querendo dizer que isso é necessário em qualquer governo. Dado é importante, informação é importante, eficiência da política é importante. O que estamos querendo fazer aqui, sistematicamente, é estabelecer avaliações *ex ante*, quando se cria a política.

E não falo só do Governo Federal, mas do Legislativo também. Recebemos lá propostas que deixam o Executivo em uma situação muito difícil. Essas análises têm que ser feitas aqui e lá, no Executivo também, mas o Legislativo tem que fazer essa avaliação *ex ante*. Recursos são escassos. E a política pública é extremamente necessária para alcançarmos os ODS, as metas do PNE, as metas do plano de saúde.

Não sei se eu consegui responder, mas acho que o que queria deixar mais claro é que estamos procurando fazer mais avaliações de política, mais revisões, mais focalizações.

Em relação à aprovação da LOA — o senhor disse que os Municípios perderam 2 anos na agenda e perguntou como está a interlocução com os Municípios —, eu peço ajuda aqui. Não sei se alguém mais consegue responder,



mas acho que está havendo diminuição das despesas discricionárias, o que, com certeza, tem um impacto nos orçamentos municipais. Eles vão ter também necessidade de se organizar, de fazer revisões de suas políticas, enfim, priorizar aquilo que é mais essencial. O momento é difícil, mas eu acho que gera oportunidades, também, para fazermos melhor.

Você falou da informação dada aos Municípios e perguntou sobre como envolver os Municípios. Sobre esse papel, eu posso apenas sinalizar, porque, na verdade, ele é papel da Secretaria de Governo. Existe a Secretaria Nacional de Articulação Social, mas está prevista na agenda da SEGOV, onde, na verdade, está a coordenação dos ODS. O senhor é da SEGOV, não é? Qualquer coisa ele pode responder também. Essa preocupação é com a interiorização dos ODS, com a articulação com os entes municipais e estaduais. Daí vem a necessidade de participação desses entes também na Comissão Nacional.

Enfim, não conseguimos prever tudo agora, mas eu acho que o diálogo que vai ser travado no âmbito da Comissão Nacional pode facilitar isso, pode ajudar nesse sentido, para se alcançar esse objetivo.

Quem está elaborando os indicadores? Indicadores são com o IBGE. Agora eu vou pedir ajuda aqui. O *link* entre PPA e ODS tem sido feito. Antes de essa comissão realmente começar a funcionar, de certa forma, pela SEGOV e pelo Ministério do Planejamento. A criação de indicadores do que nós conseguimos realmente medir vai ser um trabalho que eu acho que será diretamente relacionado com o Sistema Brasileiro de Informações. Em relação a isso, eu peço ajuda ao Olinto, para que ele responda.

Eu acho que é só isso.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Roberto Luis Olinto Ramos, para suas considerações finais.

**O SR. ROBERTO LUIS OLINTO RAMOS** - Obrigado.

Eu tenho bastantes coisas para falar e vou tentar sintetizá-las. Farei algumas considerações e tentarei responder a algumas perguntas.



Eu queria começar com um comentário. A missão do IBGE é a informação para o exercício da cidadania. A nossa lógica de inserção em todo o processo de ODS é refletir. Nós participamos de todo o processo, mas fazemos uma reflexão sobre um ponto que às vezes as pessoas esquecem um pouco no entusiasmo da discussão política. É o seguinte: temos que medir esse negócio.

Eu estava tentando lembrar um estudo que nós fizemos. Em âmbito internacional, nós avaliamos no que o Brasil já podia colaborar. Trabalhamos com 249 indicadores; era mais ou menos isso, vai para um lado, vai para o outro. Há, no Brasil, 45 indicadores já calculados, ou seja, 18% da proposta global. Com possibilidade de produção, há 53, o que dá 21,2%, mais ou menos, do âmbito global. Com questões metodológicas, há 24% — são 61 —, e, sem informações, há 18%, além de 43 indicadores que não são relevantes para o Brasil. Uma coisa importante quando falamos em indicadores é que vários deles são completamente irrelevantes para o Brasil. Nós não vamos trabalhar nisso globalmente nem nacionalmente.

O que tem se discutido em paralelo, nos últimos 2 anos, em vários países, é se existe capacidade de medir indicador do jeito que estão pedindo no horizonte de 15 anos.

Eu aproveito para fazer um lamento: os grandes instrumentos de medida são os censos populacionais, os censos demográficos. Os censos demográficos são um dos grandes instrumentos de mensuração. Um censo desses custa 3 bilhões de reais. Haverá um censo em 2020, e a meta é 2030.

Então, a primeira questão é que, no Brasil, nós precisamos ter orçamento. Hoje, com a atual discussão, vai ficar complicado, porque há que se colocar 3 bilhões de reais a mais no orçamento do IBGE para fazer um censo demográfico, talvez o único instrumento que faça medições em âmbito municipal. O outro seria o censo agropecuário, pelo qual estamos brigando agora para conseguir alguma coisa, para tentar fazê-lo, pois foi vetado. Não há orçamento e dificilmente haverá. Estamos com muitas dificuldades. Mas, só como exemplo, digo que toda a parte de agricultura familiar não é levantada, e não há outra informação sobre isso.

Então, a questão-chave é que há um conjunto de indicadores, e, voltando ao *leave no one behind*, o problema é o seguinte: quem são os “no ones”? Temos que ir atrás desses “no ones”, e os instrumentos estatísticos hoje não são capazes de



cobrir isso tudo. Essa é uma grande discussão internacional. De que maneira se vai medir e chegar à desagregação pedida, não só aqui — nós vamos chegar, obviamente —, mas no mundo inteiro, onde se chega a um nível de desagregação em que os atuais instrumentos estatísticos são muito caros. O censo demográfico faz isso fácil, vai lá e descobre tudo, mas é feito a cada 10 anos.

A questão com que nós estamos lidando e que estamos discutindo, seja aqui, seja fora, é como vamos conseguir atender todos os indicadores. Essa é uma discussão e um desafio-chave. Se conseguirmos acompanhar 150 dos 231 indicadores, vai ser um milagre. Então, é importante apontar que todo o programa de 2030 bate em uma questão de mensuração.

Eu acho que vai ser discutido, inclusive dentro da Comissão, aqui na Frente Parlamentar, como se faz um sistema de informação em que se possa, dentro do curtíssimo prazo de 15 anos — em estatística, 15 anos são nada para se desenvolver projetos — desenvolver instrumentos de medida que sejam eficientes e confiáveis na sua repetição. Então, este eu acho que é um grande desafio. Eu queria aproveitar para chamar a atenção para isso.

Em relação à pergunta da Sílvia, começamos anteontem a reestruturar os 17 grupos que há dentro do IBGE. Há 17 coordenadores de objetivos. Nós já fizemos uma reunião, em julho do ano passado, para o indicador global. Estávamos mais ou menos perdidos com o que seria feito com todas as transições que aconteceram neste País e com a questão de mandato. Decidimos, mesmo sem mandato, que faríamos isso. Na segunda-feira, no TCU, realizamos uma reunião com uma representante do Gabinete Civil, de acordo com o novo decreto. Estava presente o coordenador do Sistema Estatístico e Geográfico do IBGE.

Então, estamos mais ou menos mais confiantes. Vamos retomar esse tipo de trabalho. O processo é cada coordenador chamar os produtores de estatística, as agências das Nações Unidas e os representantes da sociedade civil, para discutirem orientação. Precisamos saber de que forma faremos essa discussão. Podemos propor vários indicadores, mas quais serão efetivamente as formas usadas? Nós medimos ou não esse tipo de questão? O que pode ser feito para medi-la?

Essa é a minha preocupação maior.



Qual é a relação entre PPA e indicadores? No passado, meses atrás, o IBGE trabalhou com a Secretaria de Planejamento e Investimento, do Ministério do Planejamento. Na época, estávamos discutindo com a SPI para estabelecer o *link* de indicador de PPA, indicador global dos ODS, para ver se havia dado ou não. A ideia era que o IBGE colaborasse para a definição de indicadores de PPA e de como se poderia mensurá-los. Devemos voltar a esta discussão em algum momento. Eu acho que, basicamente, é isso.

Em relação à pergunta de Melgaço, referente a *“leave no one behind”*. Como eu chego lá? Qual instrumento estatístico vai me levar até lá?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Roberto.

Tem a palavra o Sr. Rubens Born, para suas considerações finais.

**O SR. RUBENS BORN** - Vou fazer alguns comentários sobre as observações.

Quanto aos indicadores, na minha fala inicial, eu havia falado em indicadores de ação, de resultados, de cenários, de impactos. Eu acho isso muito importante, porque entre os 169 subitens dos ODS, há coisas muito diferentes que implicam indicadores distintos.

Eu queria fazer uma comparação, talvez chula. Ainda é muito comum que empresas de saneamento usem quilômetros de rede de esgoto para mensurar a sua operação, o que é importante. Muitas vezes medem a porcentagem da população atendida por rede de esgoto. O que também é uma forma de mensurar a ação, mas não necessariamente se mede o resultado.

Anos atrás, eu coordenei uma pesquisa num Município do interior de São Paulo onde a empresa de saneamento considerava que 100% da população era atendida, com “x” quilômetros de esgoto. Mas houve um surto de doença diarreica, porque, na verdade, não havia tratamento primário, e o esgoto coletado caía dentro do manancial.

Então, vejam, indicadores de impacto e indicadores de resultado são diferentes. A título de exemplo, vejam os desafios que nossos amigos do IBGE terão. E não são só os do IBGE, porque não se trata meramente de uma agenda somente de Estado, mas, sobretudo, da sociedade, como foi dito na Mesa; nós



concordamos com a nossa colega Alessandra. A agenda será de Estado quando a sociedade perceber que a agenda é da sociedade.

Vejam, por exemplo, o Objetivo 15.5: *“Tomar medidas urgentes e significativas”* — eu vou precisar ter um indicador para verificar se a ação foi oportuna no tempo — *“para reduzir a degradação do habitat natural, deter a perda de biodiversidade”* — eu tenho que medir impacto — *“e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas”*. É uma complicação ter formas de mensurar isto: ação, resultado e impacto. Esse é um dos aspectos.

Nós vamos ter que inovar, porque talvez haja conceitos que não foram incorporados aqui, como, por exemplo, funções de serviços ecossistêmicos. Há projetos de lei que tramitam aqui sobre pagamentos por serviços ambientais e serviços ecossistêmicos — o PL nº 315, de 2007, salvo engano, e acho que há outro também —, mas ainda não temos no Brasil um arsenal instrumental para dar conta de novas abordagens.

Estou falando da dimensão ambiental, porque é a experiência que tenho de onde trabalho. Talvez haja nas dimensões social e econômica. Vamos ter que inovar e ter a ousadia de colocar novas formas de avaliar e de embutir isso.

Uma lição que trago da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável — CPDS, da Agenda 21, foi que na época — queria depois ligar isso com o que disse a nossa colega Renata, do Instituto Igarapé, sobre a questão de comunicação — houve um esforço relativo a ações de fomento da Agenda 21 local. De 2004 em diante, ela fez esse processo junto com o Ministério do Planejamento, sobretudo quando da elaboração do PPA.

Para terminar, talvez tenhamos que partir para narrativas diferentes. Sei que nós temos uma crise orçamentária, que é tanto uma crise de arrecadação quanto uma crise de gastos ruins. Não se trata — usando as palavras da Fabiana — somente de se fazer mais com menos. Trata-se de não se fazer algumas coisas com o que se tem e de se fazer diferente com mais também.

Se eu incorporar instrumentos de pagamentos por serviços ambientais, não estou mercantilizando a natureza. Estou pagando labor humano para conservação e restauração dos ecossistemas. É diferente. Não confundam atribuir valor à natureza com atribuir valor mensurável monetariamente ao labor humano e aos materiais



necessários para implantar conservação e restauração. Vamos ter que desenvolver novos instrumentos e colocar isso no orçamento na ponta do lápis.

Portanto, nós temos muita expectativa com esta Frente Parlamentar e com a Comissão Nacional. Que possamos, de fato, usar a Agenda 2030 como uma nova oportunidade de construir uma agenda relevante para a sociedade e que o Estado brasileiro assim a cumpra, porque está na nossa Constituição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Rubinho.

Concedo a palavra ao Sr. Mário Mottin.

**O SR. MÁRIO MOTTIN** - Obrigado, Deputado.

Ninguém me dirigiu perguntas diretamente, mas vou fazer um comentário geral para encaminhar as preocupações do público.

A primeira questão é que como nosso trabalho, o campo de batalha do Itamaraty, é lá fora, acabamos tendo a oportunidade de ter uma visão do que acontece em outros países. Acho que a nossa conversa foi o dedo na ferida. Nós mencionamos as dificuldades de uma agenda complexa, ambiciosa, o momento do País, todas essas questões.

Existe um desafio não só para o Brasil, mas para todo o mundo. Os senhores sabem que hoje temos a questão seriíssima dos refugiados e de como encaminhá-la. Durante a negociação, refugiados apareceram pela primeira vez como um problema. Aí, torcemos a coisa para que os refugiados aparecessem como tendo uma contribuição positiva para a economia dos países, para a cultura. Depois, no resultado final, isso ficou refletido de uma forma muito mais equilibrada e, digamos assim, mais adequada ao estágio de desenvolvimento que o mundo gostaria de ter.

Vamos dizer assim, essa agenda não é só uma bandeira positiva dentro do Brasil, mas é uma bandeira positiva lá fora. Todos terão de fazer o maior esforço, inclusive os mais desenvolvidos para implementá-la.

Nesse ponto, há um aspecto sobre o Brasil — nós que falamos em várias cidades, Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Porto Alegre sobre esse tema da agenda durante a negociação e agora — que nos surpreende, que houve uma memória dos ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) importante. Em



relação aos ODMs, o Brasil obteve um resultado importantíssimo, fez-se um esforço de mobilização social.

No Brasil, diferente de outros países, as pessoas — muitas pessoas, não todas como gostaríamos — sabem do que se trata, sabem da importância de se organizar para implementar essa agenda. Geralmente, países mais dependentes dos recursos da cooperação internacional rapidamente se alinham aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), porque eles sabem que se não se alinharem não receberão mais recursos de cooperação internacional.

O Brasil implementou os seus programas sociais, o grosso deles, com recursos nacionais. Para o Brasil essa lógica não é tão evidente, mas temos que lembrar que, na área ambiental, ainda recebemos muitos recursos externos. Também é importante que nós possamos trabalhar e nos alinhar por uma questão muito prática, a nossa interação com outros países que trazem suas experiências que absorvemos na medida dos nossos interesses, como deve ser; não se trata de absorver apenas pelo fato de alguém ter oferecido recursos, mas sim o que nos cabe e o que nos é conveniente, para, de forma muito igual, cooperar e melhorar juntos.

Um terceiro aspecto que eu gostaria de mencionar é a Comissão Nacional. Ela é, sem dúvida, um passo importantíssimo. Destaquei antes inclusive que ela avança em relação a comissões de outros países, mas ela não é a panaceia universal. Ela não exige o Governo, dentro do Governo, de fazer o seu trabalho de casa.

O aspecto final que eu gostaria de destacar é o fato de que aqui nesta Mesa há representantes do Estado brasileiro, do Legislativo, do Executivo — talvez tenha alguém do Judiciário aqui nesta sala, infelizmente eu não conheço todo mundo — e representantes da sociedade civil.

Falta aí um setor, o setor produtivo, o setor privado. E, a meu ver, nesta discussão é fundamental que o setor privado entenda que essa agenda é para ele também, e não como é para os ODMs, uma agenda de solidariedade, de financiar um projeto aqui, um projeto ali. Não, é uma agenda de inovação, de mudar o modo de fazer as coisas.



Nós, no Itamaraty, em parceria com o Pacto Global das Nações Unidas, iniciamos uma discussão com o setor privado em que dissemos: *“Isto aqui é mais do que solidariedade. Isto aqui tem um tema de casa muito importante, o de mudar o jeito de fazer as coisas.”*

É importantíssimo, inclusive pela atual situação dos recursos públicos no País que o setor privado também possa entrar de forma consistente, apropriando-se dessa agenda e fazer a sua parte. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Mário.

Com a palavra a Alessandra, para suas considerações finais.

**A SRA. ALESSANDRA NILO** - Muito obrigada.

Quero pedir que coloquem aquela penúltima tela da minha apresentação, porque acho que é importante que as pessoas leiam o que está escrito na declaração que trata do processo de apropriação dessa agenda.

Pedro, achei ótima a sua colocação. Não tivemos ainda no País nada igual como essa proposta dos ODS. Isso significa, realmente, como se estrutura o sistema e arquitetura nacional para que haja um processo de implementação, inclusive que vamos ter que inventar alguns processos e ser mais criativos.

Fico bastante preocupada com a nossa realidade. É claro que temos limitação de recursos orçamentários, mas vai ser impossível implementar a ODS no Brasil sem investimentos.

Com relação à coleta de dados, nós precisamos também inovar no processo de coleta de dados de maneira a dialogar com esses 18% de indicadores que ainda não estão construídos. Isso também significa que vamos precisar recursos adicionais. Os recursos adicionais não são menos importante neste momento, e eles têm a ver com as opções que nós fazemos no Brasil.

Hoje de manhã o Deputado Nilto Tatto estava comentando sobre a ausência de uma reforma tributária dentro desse contexto. A opção que fazemos sobre como conseguir recursos extras ou salvar recursos no País também vai dizer qual é a prioridade que se está dando a essa agenda ou não. Para ver a prioridade de um governo frente à implementação de qualquer plataforma, veja a quantidade de recursos que se alocam para isso e definitivamente precisamos de mais recursos para a produção de dados.



Existem hoje na América Latina 12 países que implementaram a Comissão Nacional dos ODS. Nós já temos até estudos. A característica de participação de uma delas está saindo do forno essa semana — parceria que estamos fazendo com a Colômbia — e o tipo de participação pode ser desde uma participação pró-forma e uma comissão pró-forma, que vai ter impacto zero no processo de implementação, ou, se realmente tratarmos essa comissão, essa frente e essa agenda como uma agenda positiva que o Brasil precisa nesse momento, daremos outra dimensão para isso.

Finalmente, quero convidar as pessoas para lerem esse último trecho da Agenda 2030, bem como agradecer a todos pela coragem apresentada. Acho que precisamos realmente de coragem e de liderança.

Nesse processo de alocação de recursos é preciso fortalecer a capacidade da sociedade civil de participar, porque toda essa discussão tem a ver com o marco regulatório, com outros projetos de lei que passaram por esta Casa e outros que ainda irão tramitar. Não é uma agenda comum, mas exige criatividade, novidade. Acho que nunca tivemos oportunidade, nessa escala, de pensar algo tão diferente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Alessandra.

Com a palavra a Filomena, para suas considerações finais.

**A SRA. FILOMENA SIQUEIRA** - Vou fazer um comentário geral em cima de uma fala que suscitou a questão de políticas públicas e metas internacionais, organismos internacionais. Tenho muito interesse nesse tema. Não por acaso esse é o tema da minha tese de doutorado.

Acho que cada vez mais essas articulações se dão, e o interessante que está por trás disso é ver como o Estado responde a essas dinâmicas, que não são fruto só dos espaços nacionais, mas de influências internacionais, por todo um processo de dinâmica de globalização, sobre o qual não vou me estender, que tem levado, nas últimas décadas, a uma maior aproximação.

Para mim, o interessante dessa discussão é ver justamente a transformação na capacidade de o Estado responder a essas coisas. Há muito debate sobre o enxugamento do Estado, que diante da globalização perde influência, vira “*policytaker*”, não é mais *polycymaker*.



Mas acho que não é por aí. Nós vemos que os países que mais têm conseguido se desenvolver e construir estruturas são aqueles que se transformaram diante dessa nova realidade.

As metas trazem um desafio que é uma construção do Estado brasileiro, um desenvolvimento das suas estruturas, seja no âmbito federal, seja no estadual, seja no municipal.

Há uma nítida discrepância. Nós vemos a qualidade da administração pública dos nossos gestores no âmbito federal, mas, no estadual e no municipal, é muito difícil. Vemos isso no processo de implementação das metas nos indicadores no âmbito municipal.

É claro que isso ocorre por diversos outros fatores, a questão do pacto federativo no Brasil. Enfim, há diversos fatores que influenciam isso. Mas acho que as metas trazem uma oportunidade para o Estado brasileiro se reconstruir, mudar a sua dinâmica e melhorá-la, melhorar a dinâmica entre os Ministérios.

De vez em quando, nós falamos do Governo, e parece que é uma coisa só, compacta. No decorrer dos fatos, vemos que o Ministério “x” não conversa com o Ministério “y”, porque há questões partidárias. Então, há microuniversos que influenciam.

Quando se tem uma agenda como essa, esses compromissos internacionais, de alguma maneira, colaboram para dar qualidade às nossas estruturas, e conseguimos melhorar a qualidade da administração.

Vou ser petulante aqui e falar do Ministério das Relações Exteriores, do lado de diplomata. O MRE é um exemplo de como as estruturas do Estado se transformam conforme as dinâmicas internacionais vão mudando.

Ele mudou muito nas últimas décadas, tem tido abertura muito maior, é um Ministério historicamente dito como insulado, mas, enfim, ele tem mudado muito, aberto os canais de diálogo, inclusive com os outros Ministérios. Existe maior aproximação, seja com o MDIC, seja com outros Ministérios, porque essas agendas precisam ter uma atuação mais transversal, precisam ser trabalhadas em conjunto.

Particularmente, todos esses espaços são dinâmicas que colaboram para melhorar a qualidade e a capacidade de o Estado atuar em diversos níveis.



A sociedade civil, por sua vez, tem o papel fundamental de garantir que essa interlocução realmente aconteça, que as estruturas do Estado dialoguem, sejam responsivas com as demandas e com o que é necessário, participem fazendo com que todos esses desafios políticos que perpassam a administração pública não predominem frente a interesses e objetivos maiores.

A agenda dos ODS é positiva e nos traz a oportunidade de participar para melhorar seja a estrutura do Estado, seja a realidade de diversos indivíduos até o Município com o pior indicador, como disse o companheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Filomena.

Quero fazer alguns comentários. Acho que é um desafio trazer o setor privado para fazer este debate. A Sra. Juliana nos cobrou que chamássemos a Frente Nacional de Prefeitos. Eu já havia dito o mesmo de manhã, inclusive quando do lançamento da Frente. Este desafio está colocado para todos nós.

O Rubinho comentou sobre não se valorizar, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, porque virou uma coisa restritiva em relação ao acúmulo da sociedade brasileira, que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam muito mais o processo que vem lá de trás no próprio histórico que o Rubinho colocou, com o qual eu concordo. Porém, não podemos nunca deixar para segundo plano a comemoração das conquistas. Saímos do Mapa da Fome da ONU — eu não lembro se algum país conseguiu isso nos últimos 30, 40 anos —, e o Brasil não comemorou. Ela vai no caminho de atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nós também temos que ter a grandeza de comemorar as conquistas.

Digo isso porque temos uma dificuldade muito grande — isso é histórico da sociedade brasileira — de colocar boa parte, por exemplo, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no centro do Governo. Quando digo colocar no centro do Governo, refiro-me a colocar no Planejamento, na Fazenda, na Casa Civil. No centro do Governo. No centro do Governo do ponto de vista do que implica a distribuição do bolo do Orçamento. Nós temos essa dificuldade histórica.

Como foi aqui colocado, a prioridade do Governo é acabar com o déficit, mas sabemos que outros países estão aumentando o déficit para poder alavancar o desenvolvimento e estão no caminho de desenvolver. O Brasil para, por exemplo, o



Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem uma capacidade enorme de geração de emprego com distribuição de renda, uma área que está carente.

Depende da opção política, de como se coloca. Os ODSs só entrarão em funcionamento se houver vontade política, se houver opção política no centro da política. Ela tem que ser uma conquista da sociedade brasileira, mas tem que virar de fato política de Estado. Porém, ela vira se a sociedade brasileira entender que esse é um processo de construção da sociedade brasileira. Eu vejo que os 17 objetivos, o conjunto de metas, são um verdadeiro plano de Governo atualizado no campo daquilo que queremos atacar — as mazelas que temos construído ao longo da história da sociedade brasileira —, que resultou neste País tão desigual. Lá é a fonte, mas para poder implementar isso é preciso opção política, agenda política.

Nós vínhamos no caminho dessa construção. A sociedade brasileira foi construindo esse processo.

Não vamos conseguir implementar esses objetivos, com todas as recomendações de que precisamos fazer isso aí, se não tivermos a clara noção de que o momento político em que vivemos é muito parecido, por exemplo, com o momento pré-64. Digo isso porque nasci naquele período. Não me lembro de ter nascido, mas pelo o que lemos, a sociedade brasileira vivia um burburinho, um processo de mobilização, para implementar uma agenda no sentido de diminuir a desigualdade.

Tudo aquilo que lemos é daquele período. Mas logo veio uma historinha da corrupção. E ela tomou conta como a principal questão colocada lá em 1964. Portanto, toda a agenda de construção no caminho de pensar no desenvolvimento lá atrás caiu por terra e acabou, porque o mais importante era acabar com a corrupção. Não que não seja importante. A agenda de combate à corrupção é permanente em qualquer lugar, em qualquer espaço, em qualquer momento.

Mas em 1964 ela virou a questão principal e derrubou tudo aquilo que a sociedade vinha construindo de forma participativa. Não é preciso dizer nada sobre o que está acontecendo agora. E aí a prioridade de Governo agora, depois do golpe, virou outra, e não mais a implementação dessa agenda.

Eu quero dizer o seguinte: em um dos objetivos, não há possibilidade de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sem participação da



sociedade, sem sociedade organizada. O que temos hoje é, do outro lado, o aumento do processo de criminalização e perseguição.

Eu digo isso porque enquanto Parlamentar, e não esperava me eleger Deputado para vir para cá, eu virei Parlamentar de porta de cadeia. Toda a semana tinha que ir para a cadeia porque havia lideranças e movimentos sociais sendo presos, perseguidos e apanhando só pelo fato de lutar pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Precisamos entender em qual conjuntura estamos vivendo para trazer essa agenda, de fato, para a sociedade, ganhar de novo a sociedade. Ela tem esses objetivos, ela tem a capacidade de atualizar o projeto político de interesse da maioria da sociedade brasileira, que é o desafio que está colocado para todos nós.

Precisamos fazer esse enfrentamento, porque a agenda hoje não é prioridade para boa parte do Parlamento que está aqui, não é prioridade na agenda do Governo que está aí. E nós temos que fazer esse processo de construção desse projeto para que isso vire prioridade da sociedade, prioridade do Estado, prioridade do Parlamento.

Do contrário, os senhores têm acompanhado as agendas que têm vindo para cá e sabem que é justamente a agenda do retrocesso e da perseguição o que está colocado aqui.

Quero agradecer a cada um que veio, a todos os colaboradores, a todos os palestrantes a participação. A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes estarão disponíveis na Internet, na página da Câmara dos Deputados. Basta clicar no *link* "audiências públicas" desta Comissão de Meio Ambiente.

Para mim foi uma satisfação muito grande receber as pessoas da sociedade civil que vieram participar desta reunião e dar a sua contribuição. Quero agradecer aos representantes dos governos, aos técnicos que vieram aqui também contribuir com este debate e dizer que a Comissão de Meio Ambiente, na pessoa deste Parlamentar, será uma guerreira para que possamos avançar na implantação das ODS.

Tudo será feito dentro dos limites do papel, mas sabemos que o Parlamento é importante e dará uma força a mais para ajudar este debate se tornar realidade na sociedade brasileira e na política de Estado.

Muito obrigado. Um abraço a todos. Boa noite.  
Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)